

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

Of. nº 920 / GABI / 2022

Ponte Nova, 07 de dezembro de 2022.

À Sua Excelência o Senhor Antônio Carlos Pracatá de Sousa Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova Ponte Nova – MG

Assunto: Resposta referente ao ofício nº 855/2022/SAPL/DGRI.

Senhor Presidente:

Respondendo ao Of. 855/2022/SAPL/DGRI - Requerimento nº 269/2022, protocolado sob o nº 1435/2022, do Vereador Wellerson Mayrink de Paula, solicitando a relação de todos os contratos de rateio ou similiar, firmado com o CIMVALPI nos exercícios de 2021 e 2022, inclusive os que tenham rescindidos, que envolva a execução de obras de asfaltamento ou tapa buracos, segue anexo os documentos solicitados

Atenciosamente,

Wagner Mol Guimarães Prefeito Municipal



INDICE - DOCUMENTOS CONTRATO 72/2022	
TERMOS	
NE GLOBAL 2039	1
TERMO CONTRATO RATEIO 72/2022	2
REPASSE	
OP 1397 E ANEXOS/RECIBO	12
TERMO DE RESCISÃO CT 72/2022	24
COMPROVANTE DE DEVOLUÇÃO RECURSO	26

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA-MG NOTA DE EMPENHO Nº= 2039/2022 0

BANCO: CO	ONTA:	RECURSO CHEQUE:	Г	DATA:/
Data	Identidade/CPF/CGC		ıra do Credor	ou seu Procurador
//			du	
	pesa acima mencionada			
	Ord. Pagto:	ANDRE LUIS NUNES S	SANTOS	
Face a liquidação	ão acima autorizo o p			
Data://_	Assinatura:	FERNANDO ANTONIO E		O MUNICIPAL
onde demonstra	000, no valor R\$ NOTA DE EMPENHO, foi a entrega do materia.	procedida com l l ou efetivação	pase no doci	umento apresentado.
]	CRC: MG68.992/	
SALDO ANTERIOR VALOR EMPENHADO . SALDO ATUAL TOTAL EMPENHADO . VALOR A LIQUIDAR Data: 16/03/202	813.699,41 813.699,41 0,00 813.699,41 813.699,41	: VALOR L : DESCONT : VALOR L : SALDO A	entária o al IQUIDADO .: O: IQUIDO: LIQUIDAR :	baixo demonstrado:0,000,000,00
		CPF :		/ SECRETARIO MUNICIPA
Data: 16/03/202			4/12/14	LIFE
licitação.: Não	se Aplica P	rocesso N°.:	\ () () //
DE SERVIÇOS DE	AO CIMVALPI ATRAVES PAVIMENTAÇÃO ASFALTI PECIALIZADAS EM VIAS	CA, TAPA BURACO	, DRENAGENS	
Oitocentos e tr	eze mil, seiscentos	e noventa e nov	e reais e q	uarenta e um cen-
Endereço.: RUA Ja Cidade: Pont Banco: 104	RCIO INTERMUNICIPAL MUI aime Pereira de Nova - MG CNPJ Agência: 146-5 Co ica empenhada a impo	N°: 127 Bairro: P : 19.738.706/00 onta: 628-2	rogresso 01.83	CEP: 35.430-186
Fonte de Recurso	esa: 4.4.71.70.00 : 2.00.00	- Rateio p - Recursos	ela Particip Não Vincula	. Consórcio Público dos de Impostos
Órgão Unidade SubUnidade	: 02.02 : 02.02.02	SECRETARCONS INT		DE GOVERNO TORIAL V. DO PIRANG
	neste exercício a im 2022 Tipo: Globa			ada. icha: 000089
O ordenador da	despesa, para efeito	da execução or	camentária,	determina que





CONTRATO DE RATEIO

N°. 072/2022

PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o n° 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Guimarães, CPF n° 603.006-61, denominado simplesmente MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA – CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, Silvério Joaquim Aparecido da Luz no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de RIO CASCA, Adriano de Almeida Alvarenga, CPF nº 890.926 , denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas a seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍPIO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8° da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:
 - a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto Inter travados, drenagens, contenções, servicos especializados para controle das obras servicos complementares em vias e/ou estradas consorciados ao CIMVALPI.
- 1.1.1 A metodologia da gestão e da estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do contrato do CONSÓRCIO.
- 1.2. Observado o objeto descrito nesta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variáveis de manutenção das atividades e dos objetivos do CONSÓRCIO.
- 1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os



subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações e serviços descritos do Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos ao CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.
- 2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, será efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.
- 2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexo II, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e aprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

- 3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para o exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 3.254.797,63 (três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.
- 3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais con inações previstas neste instrumento e na legislação regente.
- 3.3. Nos termos do art. 1°, inciso III c/c o art. 2° da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irreajustável, ressalvada a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.



- 3.4. Na hipótese de apuração de eventual saldo dos recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO, observado o disposto nesta cláusula, sendo objeto de repactuação ou reprogramação, devendo atender, em qualquer caso, ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8° da Lei Complementar nº 101/2000.
- 3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

- 4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre 1º de janeiro de 2022 e até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.
- 4.2. O prazo de execução das ações e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de contratação a ser realizado pelo CONSÓRCIO.
- 4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 4.1.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizados pelo CIMVALPI, correrão à conta da seguinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orcamentária:

02.02.02.-04.122.0070.2445-4.4.71.70.00

- 5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 avos, desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectiva lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.
- 5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO não cumprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias para adequar a execução orçamentária e financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação financeira estabelecida no orçamento do



CONSÓRCIO e nos contratos de rateio celebrados com os Municípios Consorciados.

- 5.5. Eventual saldo dos recursos financeiros do exercício anterior ou do exercício a que se refere este contrato de rateio que tenham sido transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO será objeto de repactuação (execução no próprio exercício) ou reprogramação (execução no exercício seguinte) e deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.
- 5.5.1. Os recursos recebidos mediante contrato de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes, deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
- 5.6. A devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.
- 5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto nº 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.
- 5.8. Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

- 6.1. O CONSÓRCIO obriga-se a:
- 6.1.1. Realizar a execução das despesas orçamentárias mediante utilização dos recursos financeiros transferidos, em estrita observância ao objeto e finalidades descritas na cláusula primeira e no plano operativo constante do Anexo II deste contrato e em conformidade com as normas de direito financeiro e de contabilidade pública, vigentes e expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
- 6.1.2. Realizar a fiscalização da execução indireta dos serviços prestados por terceiros credenciados e/ou conveniados e/ou contratados;
- 6.1.3. Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;
- 6.1.4. Publicar o extrato deste contrato de rateio;
- 6.1.5. Cumprir o disposto no §4° do art. 8° da Lei 11.107/2005, mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.
- 6.1.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores;
- 6.1.7. Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas no item 6.1.5, até quinze dias após o encerramento do período de referência, devendo, o detalhamento referente à execução da



despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, subfunção e fonte/destinação de recursos.

- 6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:
- a) o orçamento do CONSÓRCIO;
- b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
- c) as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
- d) o Relatório de Gestão Fiscal
- e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária:
- 6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ÖBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:
- 7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;
- 7.1.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;
- 7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio:
- 7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;
- 7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DÁS SANÇÕES E RESCISÃO

- 8.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no §5° do art. 8° da Lei 11.107/2005.
- 8.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência deste termo de contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores do CONSÓRCIO, Sr. Silvério Joaquim Aparecido da Luz, CPF n° Denominação de emprego público: Diretor técnico, designado como gestor, e pelo Sr. Rodolfo Rodrigues Bordoni,



CPF n° .507.426. Denominação do emprego público: supervisor de obras, designada como fiscal, bem como por servidores do Município de Ponte Nova, Sr. Luiz Henrique da Silva Borges, CPF n° .289.826. Denominação de emprego público: Secretário municipa de obras, designado gestor, e pela Sra. Vanise Maria Santos Teixeira, CPF n° .906.326. Denominação do emprego público: Chefe de departamento de manutenção e fiscalização, designado como fiscal, conforme determina o art. 67 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio **vincula-se à integralidade do protocolo de intenções que deu origem ao CONSÓRCIO**, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
- 12.1.1. Lei 8666/93, especialmente o art. 55 e ss. E art. 77 e ss.;
- 12.1.2. Lei nº 4320/64;
- 12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05;
- 12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleia Geral.
- 14.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.
- 14.3. Integram o presente contrato os seguintes anexos:



a) Anexo I, contendo o plano operativo;

b) Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de apuração/cálculo;

c) Anexo III, contendo cronogramo de desembolso;

Ponte Nova, 17 de fevereiro de 2022.

CONTRATANTE

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal

CONTRATADO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz **Diretor Técnico – CIMVALPI**

Gestor de Contrato - MUNICÍPIO

Fiscal de Contrato - CIMVALPI

Fiscal de Contrato – MUNICÍPIO



ANEXO I - PLANO OPERATIVO

O **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os procedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse pelo Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 3.254.797,63 (três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), conforme informado no quadro do anexo III.

O planejamento dos recursos necessários para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.

Página 8 de 10





ANEXO II - VALORES DAS TRANSFÉRÊNCIAS E METODOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO

Semanting to an oxidating cames of points stagations in the EW charles semanting thank terms on								181	8,000	L		
ocal a	PRODUCTOR DE CONTRACT COM MANUFO ANTENNO ANTENNO ANTENNO MANUFO ANTENNO ANTE			-		-		-				
			Your				2900.00			Name of		1000
							total large					
	MORE TO ALL STREET VACAN											
11.03	Michigan Control Communication (Color Color Special Color Co							-	Manney			
ena	Afficia Control of the San		100	*		1.000	M 12000	-	10 SER.75	Appen.	*****	1 10/100
	Samuel Committee of the	STATE OF THE PARTY						(CO)	146.00	S.RES		
electric state	SAME BET GLOBE OF THE PARTY OF	ARREST MENT		E COMP				100	798.30	1,67%	-	
2445	Printe EPE - Galletta February (Drumps / Drees / Zaptenbar Strat, Ato.)	- Art	1.00	91	494.98	1.8000	16 St. 16	19	19642	2306	(ML47911MP 646,20011	28.30.01
MAR. 77	NAME OF THE STREET, A			433	E-1970 E-1970	10000	CONTRACTOR OF THE PARTY OF THE	Sac)	14714	AMN	FUEL DESCRIPTION OF THE PARTY O	22/2/25/2
ID ONLOR	PARCHOD WER BOLDED SKINDINGS (BOD'S), F. SLEBICHY	*	116	es.	2647	T. (\$100%)	19 01.R	EME.	1,484,0	1,04%	DESERTOR ASSTRAY	1 -20 OE E)
0.00	DOM THENCH IS IN	100	90.00	764	24,51	5.38986	PG NO.E	-	106.76	2019	DESCRIPT AND DE	16 10 87
10000	demonstrating the seminated by			ALC: N		AT SURE		100	19 300.00	1888		
300	CONTRACT CONTRACT OF STATE OF	CONTRACTOR OF THE PARTY OF THE		-	-	-	CONTRACTOR OF THE PARTY OF THE	100		No. of Contrast		S. March Lines
CL ONE UID	sett duca		1 1 merce 1	- Max	100	LIMINE	W 14	(in	F. 1076-98	***********	SECRETARY ALCOHOL	19078
EAF-SIZE	Property of marking town on two company		chalanaer à	1000			OCCUPATION OF THE PARTY OF THE	SEC.	54.694.09	8496	00000000000000000000000000000000000000	15000000
out as	Train suit out right	A SECTION AND ADDRESS OF THE PERSON ADDRESS OF THE PERSON AND ADDRESS OF THE PERSON AND ADDRESS OF THE PERSON ADDRES	2 MILES	756	2.81	- 1.0900	19 (8	400	12-012-01	SAM	STEIN ANDE	4.84
1000	4 th rail blook by	CONTRACT	1 25	SERVICE	BENESON	NAME OF	BEET 100	den a	Sata Miles	SHIP	No. of Concession, Name of Street, or other Designation, Name of Street, Name	-
1502	Characteristics of Michigan Co. State Company of Co.		N Delaware of	100		-			DIAL S	1200	-	
6.26-07	Colf + Bas	71.80	200 000 M	- FRI	14	1.80%	F 14	(1000) (1000)	TO ACT IS	1996	Section being	: 80 th #1
B.50	Control of the Contro		otoloonie:	the same	STATE OF THE PARTY	enieres	OTHER DESIGNATION OF THE PERSON OF THE PERSO	1960		See.		TELESCOPIES
K Music	PROFINE IE LINGUE DISHARA	40	2.60	198	5.81	1.3504	FIRE C.P.	2.750 H	544.6	1966	(Average parties)	* 30 (2.0)
N-215	E TRACKET FOR STANDARD STANDARD & SERVICE	CONTRACTOR OF STREET	Total Sales	100				THE .	430.460	ALMS.		-
8.11 (27)	CHRYSIANCE AND INCH. IS 1000 WITH THE TRANSPORT ORIGINAL SOURCE COMPANIES AND THE TRANSPORT OF THE ANALYSIS OF THE TRANSPORT OF THE TRANSPORT OF THE SECOND OF THE TRANSPORT OF THE SECOND OF THE TRANSPORT OF THE	-	17904	41	1 (de te	1,000	66 HIZ.0	-	1862.007.00	nan.	EV439	BACI
E25	Decade of the Control		TOTAL P	100		2033	DESCRIPTION OF THE PARTY OF THE	(m)	201-001-00	20%	THE REAL PROPERTY.	200
E-mont	PRINCIPLE K & Z	- M'	= 466.0	-	77.00	Carre	MA ALM	100	Annahi da da			THE RESERVE
-				-	- 18	-	PB 16.00	1,000	\$70 (\$15.0k)	6800	ARRIVE ALCOS	- m(302)



ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os débitos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data débito	Valor Mês
17/02/2022	R\$ 813.699,41
10/03/2022	R\$ 813.699,41
11/04/2022	R\$ 813.699,41
10/05/2022	R\$ 813.699,40
Total	R\$ 3.254.797,63

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 17 de fevereiro de 2022.

Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes, Wagner Mol Guimaraes, Silverio Joaquim Aparecido Da Luz e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por rodolfo rodrigues bordoni, Vanise Maria Santos Teixeira, Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Luiz Henrique da Silva Borges.

Para verificar as assinaturas vá ao site

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA

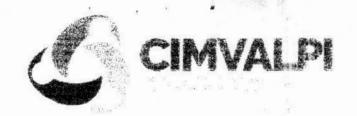
ESTADO DE TINAS GERAIS

ORDEM DE PAGAMENTO Nº 1.397-1

DESPESA EXTR! -ORCAMENTARIA

Exe	rcício de: 2022	Data: 0	8,04/2022	Ficha: 000870	
Ficha : 000 Unidade : 0	tra-Orcament. : 1.1 870 - TRANSFERENCIA 2.02.02 - CONS INTE curso : 2.00.00 - R	CIMVALPI RM MULTISS	Elorial V. Do	PIRANG	
ais e quare	Fica o Serviç *813.699,41 ,Oitoce nta e um centavos.* baixo mencionado.	ntos e tre	z∈ mil, seisc		e nove re-
Endereço.: Cidade: Insc. Est:	CONSORCIO INTERMUNI RUA Jaime Pereira Ponte Nova	Bairro	Progresso . 19.738.706	CEP : Est:	35.430-186
DE SERVIÇOS	SSE AO CIMVALPI ATR DE PAVIMENTAÇÃO ASI S ESPECIALIZADAS EM	FALTICA, TA	APA BURACO, D	RENAGENS, CONTEN	EXECUCAO COES ENTRE
DESCONTOS .	DEM DE PAGAMENTO: ** DO*	****	* **0,00		
	Contador	(a)/Contabi		IANA DE ASSIS TEIX MG68.992/	
Pa	gue-se PREFEITURA M Ordenador da Despe		holla	08 de abril de ANTONIO DE ANDRAE .472.786	 _
	Q	UIT	A Ç Ã	0	
R\$ ******** ais e quaren	do(a) PREFEITURA M 813.699,41 ,Oitocen ita e um centavos.** Ordem de Pagamento	tos e trez	e mil, seisce	entos e noventa e	nove re-
Data	Identidade/CPF	/cgc	Assinatura	do Credor ou seu F	rocurador
BANCO:	ι	7027	CHE	QUE:	
Data: II of	Tassurai	~ 	7		

Osuarlo: Maria



CONTRATO DE RATEIO

N°. 072/2022

PREAMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o n° 23.804. 49/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Guimarães, CPF n° 603.006-6, denominado simplesmente MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA – CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 3.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso. Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, Silvério Joaquim Aparecido da Luz no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de RIO CASCA, Adriano de Almeida Alvarenga, CPF nº 890.9135-8, denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

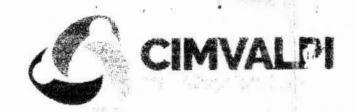
Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas a seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍ-IO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:
 - a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços : e pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos pavimentação em blocos de concreto Inter travados, drenar ens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementores em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALE.
- 1.1.1 A metodologia da gestão e do estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do contrato do CONSÓRCIO.
- 1.2. Observado o objeto descrito desta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variá de manutenção das atividades e dos objetivos do CONSÓRCIO.
- 1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os

Este documente efeltorio datamente

Zenise Maria Santra Taxena, da



subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações

e serviços descritos do Anexo II.

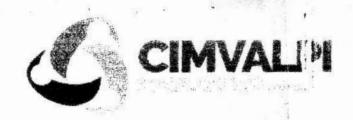
CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos ao CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.
- 2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, sera efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.
- 2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexo III, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e aprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

- 3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para o exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 3.254.797,63 (três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.
- 3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja par ial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em avor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.
- 3.3. Nos termos do art. 1°, inciso III c/c d art. 2° da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irreajustável, ressalvado, a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.

Pagino 7 ste 10



- 3.4. Na hipótese de apuração de eventual saldo dos recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICIPIO, observado o disposto nesta cláusula, sendo objeto de repactuação ou reprogramação, devendo atender, em qualquer caso, ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8° da Lei Complementar nº 101/2000.
- 3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

- 4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre 1º de janeiro de 2022 e até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.
- 4.2. O prazo de execução das açõe: e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de controtação a ser realizado pelo CONSÓRCIO.
- 4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 4.1.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizados pelo CIMVALPI, correrão à conta da seguinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

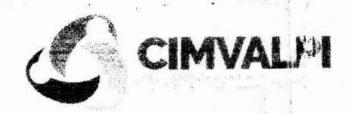
5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrat: correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.02.02.-04.122.0070.2445-4.4.71.70.00

- 5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 axos, desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectito lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.
- 5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO nã: comprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias por a adequar a execução orçamentária e financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação fir anceira estabelecida no orçamento do

Página il de 19

EST



CONSÓRCIO e nos contratos de rateio celebrados com os Municípios Consorciados.

5.5. Eventual saldo dos recursos financeiros do exercício anterior ou do exercício a que se refere este contrato de rateio que tenham sido transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO será objeto de repactuação (execução no próprio exercício) ou reprogramação (execução no exercício seguinte) e deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

5.5.1. Os recursos recebidos mediante contrato de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes, deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

5.6. A devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará inculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.

5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto nº 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento do despesas appáricas.

atendimento de despesas genéricas.

5.8. Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante no tificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

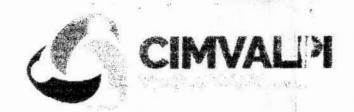
CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

- 6.1. O CONSÓRCIO obriga-se a:
- 6.1.1. Realizar a execução das despésas orçamentárias mediante utilização dos recursos financeiros transferidos, em estrita observância ao objeto e finalidades descritas na cláusula primeira e no plano operativo constante do Anexo II deste contrato e em conformidade com as normas de direito financeiro e de contabilidade pública, vigentes expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
- 6.1.2. Realizar a fiscalização da exec.ção indireta dos serviços prestados por terceiros credenciados e/ou convenia; los e/ou contratados;
- 6.1.3. Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;
- 6.1.4. Publicar o extrato deste contrat: de rateio;
- 6.1.5. Cumprir o disposto no §4º do part. 8º da Lei 11.107/2005, mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesos realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.
- 6.1.6. Cumprir integralmente as disposiciões da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores;
- 6.1.7. Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas no item 6.1.1, até quinze dias após o encerramento do período de referência, devendo, o detalhamento referente à execução da

P. De Luz. Extendocumendo Stoy Bonzos

Meaning of State

Mana Santro



despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, subfunção e fonte/destinação de recursos.

- 6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:
- a) o orçamento do CONSÓRCIO;
- b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
- c) as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
- d) o Relatório de Gestão Fiscal
- e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária:
- 6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transfecidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ÓBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:
- 7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;
- 7.1.2. Realizar as transferências financêiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;
- 7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cump imento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;
- 7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos servicos ofertados:
- 7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

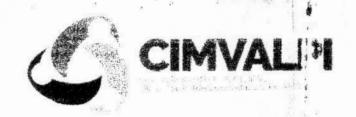
CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES E RESCISÃO

- 8.1. Aplicam-se ao presente contra/o, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no §5º do art. 8º da Lei 11.107/2005.
- 8.2. As penalidades serão aplicadas apos regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e crampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência deste termo de contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores do CONSÓRCIO, Sr. Silvério Joaquim Aparecido da Luz, CPF nº 482.466 Denominação de emprego público: Diretor técnico, designado como ges pre es pelo Sr. Rodolfo Rodrigues Bordoni,

Página II



CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio **vincula-se à integralidade do protocolo de intenções que deu origem ao CONSÓRCIO**, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
- 12.1.1. Lei 8666/93, especialmente o art 55 e ss. E art. 77 e ss.;
- 12.1.2. Lei nº 4320/64;
- 12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05
- 12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

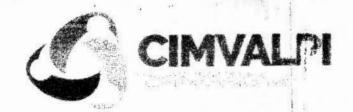
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleia Geral.
- 14.2. Aplicam-se ao presente Continto a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de cusência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.
- 14.3. Integram o presente contrato o se quintes anexos:

6



a) Anexo I, contendo o plano ope arivo;

b) Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de apuração/cálculo;

c) Anexo III, contendo cronogramo de desembolso;

Ponte Nova, 17 de fevereiro de 2022.

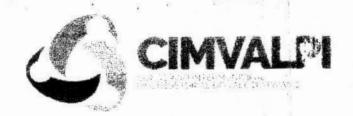
CONTRATANTE
Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal

CONTRATADO
Silvério Joaquim Aparecido da Luz
Diretor Técnico – CIMVALPI

Gestor de Contrato - MUNICÍPIO

Fiscal de Contrato - CIMVALPI

Fiscal de Contrato - MUNICÍPIO

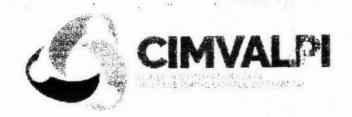


ANEXO I - PLANO OPERATIVO

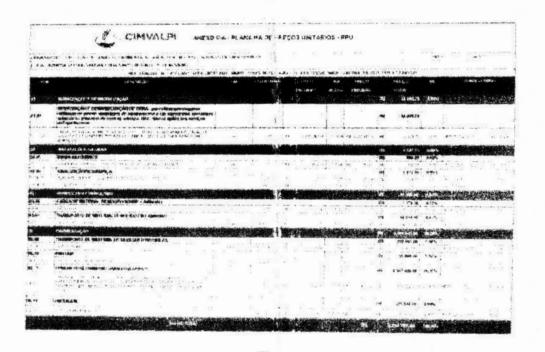
O MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os procedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse pelo Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 3.254.797,63 (três milhões, duzer os e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e très centavos), conforme informado no quadro do anexo III.

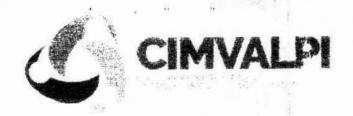
O planejamento dos recursos necessarios para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.



ANEXO II - VALORES DAS TRANSFÉRÊNCIAS E METODOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO



Peternacaes, Situation of Maria Santos Terra



ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os débitos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data débito	Valor Mês
17/02/2022	R\$ 813.699,41
10/03/2022	R\$ 813.699,41
11/04/2022	R\$ 813.699,41
10/05/2022	R\$ 813.699,40
Total	R\$ 3.254.797,63

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação do; equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado: em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembollo vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 17 de fevereiro de 2022.

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal



Tall, decomente de assinado equitabrante por Magaza Morallona es avagora facilidad e construido. Sobre e associan Aparecido Da Los e construido en La construido Da construido de convenio de asistendo de acregamente por cudo finale 14 el construido America Varias e finales asistendos Teoremas varias Magaza Santos Da retra dos en especial de acregamente da Estas Borgas. Para conficio da assistaturas da estas

CNPJ: 19.738.706/0001-83 - E-mail: cinvalpiac + 2.2 a.g. mg. dov br - Site: www.cimvalpi.ma.gov.br

Pagina 27





Banco Itaú - Comprovante de Pagamento TED C - outra titularidade

Identificação no extrato: SISPAG FORNECEDORES

Dados da conta debitada:

Nome: PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS

Agência: 1481

Conta corrente: 24057 - 8

Dados da TED:

Nome do favorecido: CIMVALPI CONSORCIO INTERMUNIC

CPF/CNPJ: 19738706000183

Número do banco, nome e ISPB: 104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ISPB 00360305

Agência: 0146PONTE NOVA

Conta corrente: 00000005898 Valor da TED: R\$ 813.693.41

Finalidade: CREDITO EM CONTA

Informações fornecidas pelo pagador:

Controle: 564525034000210

TED solicitada em 11/04/2022 às 16:39:07 via Sispag.

Autenticação:

DB8EF6615B56653C5E119C2E35B43A3EDC2D8FF8



TERMO DE RESCISÃO CONTRATO DE RATEIO

CONTRATO Nº 072/2022

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA — CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, Silvério Joaquim Aparecido da Luz no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Visconde do Rio Branco, Luiz Fábio Antonucci Filho, CPF nº 100.593.236-100, adiante denominado CONTRATADO e de outro lado MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Guimarães, CPF nº 100.603.006-100, neste ato denominado CONTRATANTE, firmam o presente Termo de Rescisão do Contrato de Rateio de nº 072/2022, de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a rescisão do Contrato de Rateio nº 072/2022 celebrado entre as partes cujo objeto é o repasse de recursos financeiros pelo Município de Ponte Nova ao CIMVALPI, objetivando a contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto Inter travados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI, no valor total estimado de R\$ 3.254.797.63 (três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), com prazo de vigência de 17 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA MOTIVAÇÃO

2.1 A presente rescisão de forma amigável é motivada em razão do ofício nº 342/2022, datado de 13.05.2022, de lavra do Prefeito do Município de Ponte Nova, Wagner Mól Guimarães, enviado ao CIMVALPI, justificado na insuficiência de recursos previstos atualmente na Lei Orçamentária, embora haja disponibilidade de recurso financeiro para o cumprimento integral do objeto do contrato, razão pelo qual encaminhou para aprovação da Câmara Municipal de Ponte Nova o projeto de lei nº 3.899/2022 para suplementação da datação orçamentária, porém sem aprovação até a data da emissão do ofício.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGENCIA

3.1 O presente instrumento de rescisão produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura.

84



CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 O presente instrumento é realizado de forma amigável pelas partes, tendo por fundamento legal o art. 79, inciso Ii, § 1°, da Lei 8666/93, e cláusula oitava do Contrato de Rateio celebrado entre as partes.

E por assim se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ponte Nova, 24 de maio de 2022.

CONTRATANTE

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal

CONTRATADO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz Diretor Técnico - CIMVALPI

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado elegionicamente por Marcela Giardini Freitas.

Para verificar as assinaturas vá ao site

https://www.portaldeassipa//gascens.pic443, 4/19/25,8 4/29/35380-F87-P87/6-NOV8/MG = (31) 3881-3211 CNPJ: 19.738.706/0001-83 - E-mail: <u>cimvalpi@c + walpuma.gov.br</u> - Site: <u>www.cimvalpi.mg.gov.br</u>

Extrato de conta corrente

Nome: PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS

Agéncia: 1481

Conta: 24057-8

Posição da Conta Corrente - 23/05/2022 às 13:19:11h

Extrato - Por Período

17/05/2022 a 17/05/2022

Data	Lançamento	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
16/05	SALDO ANTERIOR		10,00
17/05	SISPAG TRANSF TITUL TED	1481	497.63 -
17/05	SISPAG FORNECEDORES TED	1481	548.310.78 -
17/05	TED 104.0146CIMVALPI P A		406.849,00 • 6
17/05	TED 104.0146CIMVALPI P A		406.850.41 * *
17/05	AG. APLICACAO PP CP	1481	264.891,00 -
17/05	SALDO		10,00

Os saldos acima são baseados nas informações disponíveis até esse instante e poderão ser alterados a qualquer momento em função de novos lançamentos.

Dúvidas, sugestões e reclamações, se necessário, utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h, ou o Fale Conosco (www.itau.com.br). Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h. Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala 0800 722 1722, disponível 24hs todos os dias.

INDICE - DOCUMENTOS CONTRATO 76/2022 TERMOS	
NE GLOBAL 2928 CT 76	1
TERMO CONTRATO RATEIO 76/2022	2
REPASSE	
OP 1399 E ANEXOS/RECIBO - PARCELA 1 DE 3	12
OP 2004 E ANEXOS/RECIBO - PARCELA 2 E 3 DE 3	24
RAZAO NE 2928 POR CONSOLIDAÇÃO BALANCETE DESPESA DO CONSORCIO	36

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA-MG NOTA DE EMPENHO N°= 2928/2022

O ordenador da despesa, para efeito da execução orçamentária, determina que seja empenhada neste exercício a importância abaixo discriminada. Ficha: 000089 Data: 20/04/2022 Orçamento de: 2022 Tipo: Global EXECUTIVO MUNICIPAL Órgão..... 02 Unidade.....: 02 - EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade.....: 02.02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SubUnidade.....: 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG
Classif. Orçamentária: 04.122.0070.2445 - GESTAO DO CIMVALPI
Elemento da Despesa..: 4.4.71.70.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO P Número: 79609 Endereço:: RUA Jaime Pereira Nº: 127 Bairro: Progresso CEP: 35.430-186 Cidade...: Ponte Nova - MG CNPJ..: 19.738.706/0001.83 Banco ...: 104 Agência ..: 146-5 Conta ..: 628-2 Pela presente fica empenhada a importância de R\$875.939,89 Oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e Hist.: REPASSE AO CIMVALPI ATRAVES DE CONTRATO DE RATEIO 76/2022 PARA EXECUCAO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, TAPA BURACO, DRENAGENS, CONTENCOES ENTRE OUTRAS OBRAS ESPECIALIZADAS EM VIAS OU ESTRADAS NO MUNICIPIO Licitação.: Não se Aplica Processo No .: Data: 20/04/2022 Ordenador da Despesa: ___ EERNANDO ANTONIO DE ANDRADE CPF: Main .472.786 / SECRETARIO MUNICIPAL Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado: SALDO ANTERIOR ..: VALOR EMPENHADO .: : SALDO ATUAL ...:229.739,48
TOTAL EMPENHADO :875.939,89 VALOR A LIQUIDAR :875.939,89 Ward Contador(a)/Contabilista: __ Data: 20/04/2022 LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO CRC: MG68.992/0 / CONTADOR A liquidação Nº 000, no valor R\$0,00, da despesa a que se refere a presente NOTA DE EMPENHO, foi procedida com base no documento apresentado, onde demonstra a entrega do material ou efetivação do serviço prestado. _Data: ___/___ Assinatura: _ FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE CPF: 60 .472.786- / SECRETARIO MUNICIPAL Face a liquidação acima autorizo o pagamento desta importância ao favorecido. Data: ___/___ Ord. Pagto: ___ ANDRE LUIS NUNES SANTOS CPF: 1496.376-17 / SECRETARIO MUNICIPAL referente a despesa acima mencionada, da qual e dada plena quitação. _/___/___ Data Identidade/CPF/CGC Assinatura do Credor ou seu Procurador RECURSO

CHEQUE:

BANCO:

Usuário: luciana

CONTA:

DATA:___/___/



CONTRATO DE RATEIO

N°. 076/2022

PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o n° 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Guimarães, CPF n° 603.006-1, denominado simplesmente MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA – CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, Silvério Joaquim Aparecido da Luz no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de RIO CASCA, Adriano de Almeida Alvarenga, CPF n° 890.926-8, denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas a seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍPIO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8° da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:
 - a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos pavimentação em blocos de concreto Inter travados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI.
- 1.1.1 A metodologia da gestão e do estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do confrato do CONSÓRCIO.
- 1.2. Observado o objeto descrito nesta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variáveis de manutenção das atividades e dos objetivos do CONSÓRCIO.
- 1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os



subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações e serviços descritos do Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos ao CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.
- 2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, será efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.
- 2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexo II, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e aprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

- 3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para o exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.
- 3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.
- 3.3. Nos termos do art. 1°, inciso III c/c o art. 2° da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irreajustável, ressalvada a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.



- 3.4. Na hipótese de apuração de eventual saldo dos recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO, observado o disposto nesta cláusula, sendo objeto de repactuação ou reprogramação, devendo atender, em qualquer caso, ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.
- 3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

- 4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre 1º de janeiro de 2022 e até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.
- 4.2. O prazo de execução das ações e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de contratação a ser realizado pelo CONSÓRCIO.
- 4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 4.1.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizados pelo CIMVALPI, correrão à conta da seguinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.02.02.-04.122.0070.2445-4.4.71.70.00

- 5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 avos, desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectiva lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.
- 5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO não cumprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias para adequar a execução orçamentária e financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação financeira estabelecida no orçamento do



CONSÓRCIO e nos contratos de rateio celebrados com os Municípios Consorciados.

- 5.5. Eventual saldo dos recursos financeiros do exercício anterior ou do exercício a que se refere este contrato de rateio que tenham sido transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO será objeto de repactuação (execução no próprio exercício) ou reprogramação (execução no exercício seguinte) e deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.
- 5.5.1. Os recursos recebidos mediante contrato de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes, deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
- 5.6. A devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.
- 5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto nº 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.
- 5.8. Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

- 6.1. O CONSÓRCIO obriga-se a:
- 6.1.1. Realizar a execução das despesas orçamentárias mediante utilização dos recursos financeiros transferidos, em estrita observância ao objeto e finalidades descritas na cláusula primeira e no plano operativo constante do Anexo II deste contrato e em conformidade com as normas de direito financeiro e de contabilidade pública, vigentes e expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
- 6.1.2. Realizar a fiscalização da execução indireta dos serviços prestados por terceiros credenciados e/ou conveniados e/ou contratados;
- 6.1.3. Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;
- 6.1.4. Publicar o extrato deste contrato de rateio;
- 6.1.5. Cumprir o disposto no §4º do art. 8º da Lei 11.107/2005, mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.
- 6.1.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores;
- 6.1.7. Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas no item 6.1.5, até quinze dias após o encerramento do período de referência, devendo, o detalhamento referente à execução da



despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, subfunção e fonte/destinação de recursos.

- 6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:
- a) o orçamento do CONSÓRCIO;
- b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
- c) as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
- d) o Relatório de Gestão Fiscal
- e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária:
- 6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:
- 7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;
- 7.1.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;
- 7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;
- 7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;
- 7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES E RESCISÃO

- 8.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no §5° do art. 8° da Lei 11.107/2005.
- 8.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência deste termo de contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores do CONSÓRCIO, Sr. Silvério Joaquim Aparecido da Luz, CPF nº 482.466-4. Denominação de emprego público: Diretor técnico, designado como gestor, e pelo Sr. Rodolfo Rodrigues Bordoni,



CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio vincula-se à integralidade do protocolo de intenções que deu origem ao CONSÓRCIO, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
- 12.1.1. Lei 8666/93, especialmente o art. 55 e ss. E art. 77 e ss.;
- 12.1.2. Lei nº 4320/64;
- 12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05;
- 12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA : DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleia Geral.
- 14.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.
- 14.3. Integram o presente contrato os seguintes anexos:



a) Anexo I, contendo o plano operativo;

b) Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de apuração/cálculo;

c) Anexo III, contendo cronograma de desembolso;

Ponte Nova, 22 de fevereiro de 2022.

CONTRATANTE

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal

CONTRATADO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz **Diretor Técnico – CIMVALPI**

Gestor de Contrato - MUNICÍPIO

Fiscal de Contrato - CIMVALPI

Fiscal de Contrato - MUNICÍPIO



ANEXO I - PLANO OPERATIVO

O **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os procedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse pelo Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), conforme informado no quadro do anexo III.

O planejamento dos recursos necessários para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.



6

ANEXO II - VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS E METODOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO

BRASER	VIÇO; SERVIÇOS DE TAPA BURACOS										BDI:	26,959	•
OCAL: RI	IAS DIVERSAS DO MUNICIPIO DE PONTE NOVA	all Research	1	to the same				15 To 15 TO 15	(-10)			201100000 1000	
	REFERÊNCIAS: SETOP 07/2021; SUDECAP 0	7/2021; SINAPI 07/2	021; SICRO 64	72021; DE	RES 11/2020;	SMOP-CU	JRITIO/	JUL/2021	DER	SP JUN/2021			
STEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE		CUSTO	BDN	Pi	REÇO		PREÇO	INC.	FONTE / CO	DENGO
					NITARIO	26,95%	UN	TÁRIG		TOTAL			
Œ	INSTALAÇÕES DA OBRA								Rí	1.177,75	6134		
2.05	BANNEIRO QUIMICO			7.0	a.				Its	766,03	0,08%		
205.01	BANGHERRO QUIRINCO 110 om x 120 cm:x 230 cm: COM MANUTENÇÃO	aden	1,00	RS	604,99	1,2095	RS	765,03	PI\$	766,03	0,00%	SUDECAP JUL/2021	f 01,10,01
2.06	SNALIZAÇÃOISEGURANÇA	Solid Host and	有效。 第2章	SHEW!					91	409,70	0,05%		CENTAN S
2.06.05	CONE EMPYCH = 75 on	un	10,00	R\$	12,21	1,7695	RS	40,97	AS.	100,70	0.05%	SUDECAF JULI202	1-01,11.07
	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES								触	12.258,76	1,40%		
3.62	CORTE MECANICO EM CONCRETO / ASFALTO			TO STATE			Sept.		RS	6.910,00	0,67%		
10.501	CORTE MECANICO COM BERRA CIRCULAR EM CONCRETO / ASPACTO	m	3.000,00	RS .	1,35	1,2685	RS	1,97	RS	5.910,00	0,67%	SUDECAP JUL/2021	/ 02,12.01
1.06	CARGA DE NATERIAL DEMOLIDO SOBRE CAMINHAD	A TRANSPORT				10,5180	alan i	SIXXEAN	RS	451,88	0,05%		100
1,06,02	MECÁNICA	m)	187,50	PS.	1,90	1,2695	RS	2,41	RS	451,68	0,00%	SUDECAP JUL/2021	1 02.27.02
1.67	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EN CAMINHAO	STATE OF STREET	主要素質的	19859		37		100	RS	1.876,88	0,21%		
2.07.03	2 KM < OMT <= 5 KM	mbim	656,25	RS	2,25	1,2805	RS	2,84	RS	1,876,86	0,21%	SUDECAP JUL/2021	/ 02,28.03
1.08	LIMPEZA DO PAVIMENTO	医院 员 第2条的							R\$	4.050,00	0,46%		
10.80.6	CAPINA E VARRIÇAD DE PAVIMENTO EM ALVENARIA POLIEDRICA	cm ⁴	1.875,00	RS	1,79	1,3695	RS	2,16	RS	4.050,00	0,48%	SUDECAP JULI 2021	/ 02,30.01
6	FAVINCHTAÇÃO								RS	862,473,60	95,46%		
B.67	FORNECIMENTO DE MATERIAIS RETUMBIOSOS, AREIA E GRITA								RS	279,723,80	31,94%		
5.07.03	CIMENTO ASPALTICO DE PETHOLEO A GRANEL (CAP) 10070 (COLETADO NA ANP ACRESCIDO DE ICHIS)	1	50,00	PIS.	3.672,49	1,2695	RS	4.662,23	RS	279,733,60	31,96%	SUDECAP JUL/2021	7 58,09,06
LOS	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA	19 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18				11 5000	\$50,000	(All con	RS	47.388,80	7,69%	THE RESERVE	
DW.02	CNT > 10 km	t witen.	78.360,00	R\$	0,68	1,2695	RS	0,86	RS	67,389,60	7,66%	SLDECAP JUL/2021	/ 20.10.03
211	CONCRETO RETUMNOSO USINADO A QUENTE		28C238E	0.50	-11-78(F)		1836		R\$	515,350,00	56,83%		
11,02	TAPA BURNOO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A OLENTE ((EXECUÇÃO NOCUMBO USINADEM, PRITUMA DE LIGAÇÃO; APLICAÇÃO DA MASSA, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS ARREGADOS, EXCLUI FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	100	1.000,00	RE	406,95	1,2805	RES	515,95	R\$	515.250,00	58,83%	66TOP AA.(2021	/ RO-4463
	VALOR TOTAL							RS		875.939.69	100.00		



ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os débitos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data débito	Valor Mês						
10/03/2022	R\$ 291.979,96 OP						
11/04/2022	R\$ 291.979,96						
10/05/2022	R\$ 291.979,97						
Total	R\$ 875.939,89						

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 22 de fevereiro de 2022.

Wagner Mől Guimarães Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Culinaraes. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixera, Luiz Henrique da Silva Borges e rodolfo rodrigues bordoni.

Para verificar as assinaturas vá ao site

https://www.portaldeassipatheas.com. https://www.portaldeassipatheas.com. https://www.portaldeassipatheas.com. https://www.portaldeassipatheas.com. https://www.portaldeassipatheas.com. https://www.portaldeassipatheas.com. https://www.portaldeassipatheassi

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ORDEM DE PAGAMENTO Nº 1.399-1

DESPESA EXTRA-ORCAMENTARIA

Exercício	de: 2022	Data: 11	/04/2022	Ficha:	000870
Classif. Extra-Orc Ficha: 000870 - T Unidade: 02.02.02 Fonte de Recurso:	RANSFERENCIA (- CONS INTERM	CIMVALPI MULTISSE	TORIAL V. DO 1	PIRANG	s
R\$ *******291.97 ve reais e noventa ao Credor abaixo m	9,96 ,Duzentos e seis centar	s e novent	a e um mil, no	ovecentos	a importância de e setenta e no- *******
Credor: CONSORCE Endereço.: RUA Jai Cidade: Ponte N Insc. Est: Banco: 104 Hist.: REPASSE AO DE SERVIÇOS DE PAV	me Pereira ova gência: 140 CIMVALPI ATRAV	Bairro CGC 6-5 Cont /ES DE CON	: Progresso : 19.738.706/0 a: 628-2 TRATO DE RATE	Es 0001.83	CEP :35.430-186 t: MG 2 PARA EXECUCAO
OUTRAS OBRAS ESPEC VALOR DA ORDEM DE 1 DESCONTOS VALOR LÍQUIDO	IALIZADAS EM V PAGAMENTO: ***	/IAS OU ES	TRADAS NO MUN: .979,96 ***0,00		
	Contador(a PREFEITURA MUI ador da Despes	NICIPAL DE	PONTE NOVA,	MGG	ANDRADE
Recebi(emos) do(a) R\$ ********291.979 ve reais e noventa referente a Ordem o	9,96 ,Duzentos e seis centav de Pagamento a	NICIPAL DE e noventa os.***** cima menci	n e um mil, no ************************************	vecentos ********* l é dada	e setenta e no- ********* plena quitação.
//	dentidade/CPF/	cec	Assinatura do	Credor o	u seu Procurador
BANCO: 874	CONTA: 2	4057.8	CHEQU	E:	
Data: 11/04/22					
Usuário: Marlı					



CONTRATO DE RATEIO

N°. 076/2022

PREAMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Guimarães, CPF nº 715.603.006-04, denominado simplesmente MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19,738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, Silvério Joaquim Aparecido da Luz no exercício de delegação de atribuição determinado pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de RIO CASCA, Adriano de Almelda Alvarenga, CPF nº 1888,890.926-1888 denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas à seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍPIO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:
 - a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto Inter travados, drenagens, contenções, serviços técnicas especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI.
- 1.1.1 A metodologia da gestão e da estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do confrato do CONSÓRCIO.
- 1.2. Observado o objeto descrito nesta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variáveis de manutenção das atividades e dos objetivos do CONSÓRCIO.
- 1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os

Página 1 de 10



subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações e serviços descritos do Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos ao CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.
- 2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, será efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.
- 2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexo II, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e áprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

- 3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para o exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 875.939.89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.
- 3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.
- 3.3. Nos termos do art. 1°, inciso III c/c o art. 2° da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irreajustável, ressalvada a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.



- 3.4. Na hipótese de apuração de eventual saldo dos recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO, observado o disposto nesta cláusula, sendo objeto de repactuação ou reprogramação, devendo atender, em qualquer caso, ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.
- 3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

- 4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre 1º de janeiro de 2022 e até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.
- 4.2. O prazo de execução das ações e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de contratação a ser realizado pelo CONSÓRCIO. 4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do Item 4.1.

CLAUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizados pelo CIMVALPI, correrão à conta da seguinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.02.02.-04.122.0070.2445-4.4.71.70.00

- 5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 avos, desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectiva lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.
- 5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO não cumprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias para adequar a execução orçamentária e financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação financeira estabelecida no orçamento do

3



CONSÓRCIO e nos contratos de rateio celebrados com os Municípios Consorciados.

- 5.5. Eventual saldo dos recursos financeiros do exercício anterior ou do exercício a que se refere este contrato de rateio que tenham sido transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO será objeto de repactuação (execução no próprio exercício) ou reprogramação (execução no exercício seguinte) e deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.
- 5.5.1. Os recursos recebidos mediante contrato de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes, deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
- 5.6. A devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.
- 5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto nº 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.
- 5.8. Existindo hipótese de contingenciomento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

- 6.1. O CONSÓRCIO obriga-se a:
- 6.1.1. Realizar a execução das despesas orçamentárias mediante utilização dos recursos financeiros transferidos, em estrita observância ao objeto e finalidades descritas na cláusula primeira e no plano operativo constante do Anexo II deste contrato e em conformidade com as normas de direito financeiro e de contabilidade pública, vigentes e expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
- 6.1.2. Realizar a fiscalização da execução indireta dos serviços prestados por terceiros credenciados e/ou conveniados e/ou contratados;
- 6.1.3. Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;
- 6.1.4. Publicar o extrato deste contrato de rateio:
- 6.1.5. Cumprir o disposto no §4º do art. 8º da Lei 11.107/2005, mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.
- 6.1.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores;
- 6.1.7. Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas no item 6.1.5, até quinze dias após o encerramento do período de referência, devendo, o detalhamento referente à execução da



despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, subfunção e fonte/destinação de recursos.

- 6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:
- a) o orçamento do CONSÓRCIO;
- b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor:
- as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
- d) o Relatório de Gestão Fiscal
- e) o Relatório Resumido da Execução Orcamentária:
- 6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:
- 7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;
- 7.1.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso:
- 7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;
- 7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;
- 7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANCÕES E RESCISÃO

- 8.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no §5º do art. 8º da Lei 11,107/2005.
- 8.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência deste termo de contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores do CONSÓRCIO, Sr. Silvéno Joaquim Aparecido da Luz, CPF nº 013.482.466-00. Denominação de emprego público: Diretor técnico, designado como gestor, e pelo Sr. Rodolfo Rodrígues Bordoni,

5



CPF n° 507.426-1. Denominação do emprego público: supervisor de obras, designada como fiscal, bem como por servidores do Município de Ponte Nova, Sr. Luiz Henrique da Silva Borges, CPF n° 1.289.826-1. Denominação de emprego público: Secretário municipal de obras, designado gestor, e pela Sra. Vanise Maria Santos Teixeira, CPF n° 906.326-1. Denominação do emprego público: Chefe de departamento de manutenção e fiscalização, designado como fiscal, conforme determina o art. 67 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio vincula-se à integralidade do protocolo de intenções que deu origem ao CONSÓRCIO, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
- 12.1.1. Lei 8666/93, especialmente a art. 55 e ss. E art. 77 e ss.;
- 12.1.2. Lei nº 4320/64;
- 12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05;
- 12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

CLAUSULA DECIMA QUARTA DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleio Geral,
- 14.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.
- 14.3. Integram o presente contrato os seguintes anexos:



a) Anexo I, contendo o plano operativo;

b) Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de apuração/cálculo;

c) Anexo III, contendo cronograma de desembolso;

Ponte Nova, 22 de fevereiro de 2022.

CONTRATANTE
Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal

CONTRATADO
Silvério Joaquim Aparecido da Luz
Diretor Técnico – CIMVALPI

Gestor de Contrato - MUNICÍPIO

Fiscal de Contrato - CIMVALPI

Fiscal de Contrato – MUNICÍPIO

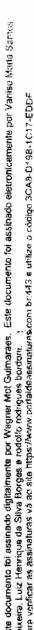


ANEXO I -- PLANO OPERATIVO

O MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os procedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse pelo Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), conforme informado no quadro do anexo III.

O planejamento dos recursos necessários para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.





ANEXO II - VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS E METODOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO

ويصفحه	NAPO: MIRVICOS DE YAPA BURACOS												
TA: 4	MAS COMMISMS COD MUNICIPALS COR PORTE HORA.										Biót :	75.04	M.
	SPERMICHEL SPIDP WEIGHT: SCHOOL	970121: 23140 A											
			341	out; qu	ME (SOME				f, peri	40 .0003424			
												1.50	
	Post Autority on year page year.												
			100						×L				
H.Or	PROPERTY CHARGES 110 ON \$ 130 ON X 200 ON COM MANUFACTION	T	7 (400	- -	111 1 100			2.,500	**	THE	dank.		~, y +
.	Company of the state of the sta	K / W / / T	1/2	HR.	194,96	1,370	RS	766,02	_	7 44, 63	4,01%	SHOREAP ALEMEN	/ bt.14.91
1.6	Chair file Polit for 75 am		10,00	Tes	1,000	4.00	-	. ·	188 ¹⁷	48.0	****	<u> </u>	1000
	THE WAR TO MAKE THE MAKE THE				72,31	1,260	PS.	G ,\$7	RL	44,76	0,000	BENCH ALIEN	* #C.11.00
	AND DESCRIPTION OF THE PERSON	1.0	e Care		i i i i i i i i i i i i i i i i i i i				E. 1	2.783 4	: 20%		
i de l	CONTENTACIONO COM MINUS CINCA AN EN CONDICTO I AREA TO	_		~~	<u>. 74 (I.</u>	ننث	1	***	100	S.PHEAN	LOTE		<u> </u>
¥ .	CARRY OF STREET, CORPORATE STREET, STR	<u> </u>	,	107	1,4	1,244	i da	1,97	-	201000	0,47%		J 45,12.81
42	MACINE	1					2.5	6.5	-	***	-		
<u> </u>	WARRY OF STREET, STREE		142.54	/46	1,54	1,2004	RI	245	梯	ed (,6c	\$116f4	BERLIN MURCE) 44.27 dg
7,63	ž via - Didf -= 5 πμi	***	Z (****)	PS			-	J. 34.	-	2.60k.04		Kara Marija	
4.0	Complete Address of the Control of t	435 177	2 2.14		2.25	1,2846	144	2.94	-	1,070,000	4219	\$150CAP ALL/2021	/ 42.00
ця	CONTRACT MARRIAGINE DE PROMINISTE DE PROMINI	-	1,8/1,00	Rd		Y Y .	-		-	<u> </u>	2,00%	(Strain Pro	(29)
	mental della periodical					1,340	745	2,16	•	4.000,000	-	MICECH ALIMA	(報用的
7.7	SEE LE TAXABLE TO LEVEL TO THE SEE	rist programme	Alabert Market						4.2	\$17,771,85	4. 55 %		
L.A.		200 C	1000						4 4.	20 miles	Sales C		. 102 m
4	CEMBATIC ASPANTACE OR PRINCE SO A STARRE SEAP, SETTE (COLUMNIC SA AND ACRESCODO DE CASA)	, 1				 -	1		-		1 27.45	<u></u>	
)	AND AND ASSESSED TO THE PROPERTY OF THE PROPER				2 M.5 VA	1,3444	**	440033	74	276720,00	31.94%	BADICUS ALADAS	/ 10.00A
	Cent + 10 mg		1. Oak 40		e en en e	- 17			*	47.300.00	1.000	10 m 10 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1	17.17.6322
4.5		toma No. 1 a. 17 a. 1	- 100,00	*	4,86	1,7985	41	1,16	~	67.348,AH	1204	-000 P (UL/202)	I M RM
		37.4 - 2 + 3.4	100		2.36				**	-	PERMI		Activities of
	BACK LANDON LAND MAN PRINCIPAL SEL HANCED APLICAÇÃO DA JAMAN. PORTADOR MAN POR TRANSPORTE ECO APRIMACIONA SELECTIVO DE JAMAN. PORTADOR MAN POR TRANSPORTE ECO APRIMACIONE, ESIÓ AS APRIMACIONES DO APRIMACIONES DO APRIMACIONES DO APRIMACIONES DO APRIMACIONES DO APRIMACIONA DE TRANSPORTO	•	1.700,000	**		1.25	100	511 <u>74</u>	*	944.74E,64	-	4870F #4.04E1	/ NO 480
													, 100-460
								5.5		417 425 pt			





ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os débitos descritos deverão ser credifados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data débito		Valor Mês		
10/03/2022		R\$ 291.979,96	100	Box
11/04/2022		R\$ 291.979,96	1	^
10/05/2022	1.4	R\$ 291.979,97	· 37 S	800
Total	- ;	R\$ 875.939,89		

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 22 de fevereiro de 2022.

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente poi Wagner Moi Guimaraes. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixeira, Liuz Henrique da Silva Borges e rodolfo redrigues bordoni.
Para verificar as assinaturas va ao site

https://www.portaldeassingtheraceiru.he442, audites 8 cotep 35438-1819 and TVEVD/MC - (31) 3881-3211

CNPJ: 19.738.706/0001-83 - E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br - Site: www.cimvalpi.mg.gov.br







Banco Itaú - Comprovante de Pagamento TED C - outra titularidade

Identificação no extrato: SISPAG FORNECEDORES

Dados da conta debitada:

Nome: PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS

Agência: 1481

Conta corrente: 24057 - 8

Dados da TED:

Nome do favorecido: CIMVALPI CONSORCIO INTERMUNIC

CPF/CNPJ: 19738706000183

Número do banco, nome e ISPB: 104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ISPB 00360305

Agência: 0146PONTE NOVA

Conta corrente: 00000005898 Valor da TED: R\$ 291.979,96

Finalidade: CREDITO EM CONTA

Informações fornecidas pelo pagador:

Controle: 564525034000202

TED solicitada em 11/04/2022 às 16:39:07 via Sispag.

Autenticação:

652DFAA661C544A8EF974C35A2E200699C94BA2B

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ORDEM DE PAGAMENTO N° 2.004-1

DESPESA EXTRA-ORCAMENTARIA

Exercício de: 2022 Data: 23/05/2022 Ficha: 000870

Classif. Extra-Orcament. : 1.1.3.04.00.00 - DEVEDORES DIVERSOS Ficha : 000870 - TRANSFERENCIA CIMVALPI Unidade : 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG Fonte de Recurso : 2.00.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos
Fica o Serviço de Finanças autorizado a pagar a importância de R\$ *******583.959,93 ,Quinhentos e oitenta e tres mil, novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e tres centavos.************************************
Credor: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE Número: 79609 Endereço.: RUA Jaime Pereira Bairr): Progresso CEP : 35.430-186 Cidade: Ponte Nova Est: MG Insc. Est: CGC: 19.738.706/0001.83 Banco: 104 Agência: 146-5 Conta: 628-2
Hist.: REPASSE AO CIMVALPI ATRAVES DE CONTRATO DE RATEIO 76/2022 PARA EXECUCAO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, TAPA BURACO, DRENAGENS, CONTENCOES ENTRE OUTRAS OBRAS ESPECIALIZADAS EM VIAS OU ESTRADAS NO MUNICIPIO PARCELA 2 E 3 DE 3
VALOR DA ORDEM DE PAGAMENTO: *******583.959,93 DESCONTOS
Contador (a) /Contalilista:
LUCIAÑA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO MG68.992/O
Pague-se PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE MOVA, 23 de mayo de 2022. Ordenador da Despesa:
FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
Q U I T A Ç Ã O
Recebi(emos) do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, a importância de R\$ ******583.959,93 ,Quinhentos e oitenta e tres mil, novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e tres centavos.************************************
//
//
BANCO: 914 CONTA: 24057-8 CHEQUE: 0/C
Data: 1 15 1012 Tesoureiro:

Csuário: luciana



CONTRATO DE RATEIO

N°. 076/2022

PREÄMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Guimarães, CPF nº 603.006-603 denominado simplesmente MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA – CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19,738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progressa, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, Silvério Joaquim Aparecido da Luz no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de RIO CASCA, Adriano de Almeida Alvarenga, CPF nº 890.926 , denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas a seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍPIO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:
 - a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto Inter travados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vías e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI.
- 1.1.1 A metodologia da gestão e da estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do confrato do CONSÓRCIO.
- 1.2. Observado o objeto descrito nesta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variáveis de manutenção das atividades e dos objetivos do CONSÓRCIO.
- 1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os

Página 1 de 10



subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações e serviços descritos do Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos do CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.
- 2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, será efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.
- 2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexa II, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e aprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

- 3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para a exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.
- 3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desemboiso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.
- 3.3. Nos termos do art. 1°, inciso III c/c o art. 2° da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irreajustável, ressalvada a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.



- 3.4. Na hipótese de apuração de eventual saldo dos recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO, observado o disposto nesta cláusula, sendo objeto de repactuação ou reprogramação, devendo atender, em qualquer caso, ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.
- 3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

- 4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre 1º de janeiro de 2022 e até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.
- 4.2. O prazo de execução das ações e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de contratação a ser realizado pelo CONSÓRCIO.
- 4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 4.1.

CLAUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizados pelo CIMVALPI, correrão à conta da sequinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.02.02.-04.122.0070.2445-4.4.71.70.00

- 5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 avos; desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectiva lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.
- 5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO não comprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias para adequar a execução orçamentária e financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação financeira estabelecida no orçamento do



CONSÓRCIO e nos contratos de rateio celebrados com os Municípios Consorciados.

- 5.5. Eventual saldo dos recursos financeiros do exercício anterior ou do exercício a que se refere este contrato de rateio que tenham sido transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO será objeto de repactuação (execução no próprio exercício) ou reprogramação (execução no exercício seguinte) e deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.
- 5.5.1. Os recursos recebidos mediante contrato de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes, deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Compiementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
- 5.6. A devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.
- 5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto nº 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.
- 5.8. Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

- 6.1. O CONSORCIO obriga-se a:
- 6.1.1. Realizar a execução das despesas orçamentárias mediante utilização dos recursos financeiros transferidos, em estrita observância ao objeto e finalidades descritas na cláusula primeira e no plano operativo constante do Anexo II deste contrato e em conformidade com as normas de direito financeiro e de contabilidade pública, vigentes e expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
- 6.1.2. Realizar a fiscalização da execução indireta dos serviços prestados por terceiros credenciados e/ou conveniados e/ou contratados;
- 6.1.3. Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;
- 6.1.4. Publicar o extrato deste contrato de rateio:
- 6.1.5. Cumprir o disposto no §4º do art. 8º da Lei 11.107/2005, mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.
- 6.1.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores;
- 6.1.7. Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas no item 6.1.5, até quinze dias após o encerramento do período de referência, devendo, o detalhamento referente à execução da

Página 4 de 10



despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, subfunção e fonte/destinação de recursos.

- 6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:
- a) o orçamento do CONSÓRCIO;
- b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
- c) as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
- d) o Relatório de Gestão Fiscal
- e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária:
- 6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:
- 7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;
- 7.1.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;
- 7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;
- 7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços afertados;
- 7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES E RESCISÃO

- 8.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no §5º do art. 8º da Lei 11.107/2005.
- 8.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência deste termo de contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores do CONSÓRCIO, Sr. Silvério Joaquim Aparecido da Luz, CPF n⁴ 3.482.466 Denominação de emprego público: Diretor técnico, designado como gestor, e pelo Sr. Rodolfo Rodrigues Bordoni,



CPF n° 507.426 Denominação do emprego público: supervisor de obras, designada como fiscal, bem como por servidores do Município de Ponte Nova, Sr. Luiz Henrique da Sitva Borges, CPF n° 289.826 Denominação de emprego público: Secretário municípal de obras, designado gestor, e pela Sra. Vanise Maria Santos Teixeira, CPF n° 906.326 Denominação do emprego público: Chefe de departamento de manutenção e fiscalização, designado como fiscal, conforme determina o art. 67 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio vincula-se à Integralidade do protocolo de Intenções que deu origem ao CONSÓRCIO, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICAVEL

- 12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
- 12.1.1. Lei 8666/93, especialmente o art. 55 e ss. E art. 77 e ss.:
- 12.1.2. Lei nº 4320/64;
- 12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05:
- 12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleia Geral.
- 14.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.
- 14.3. Integram o presente contrato os seguintes anexos:

Página 6 de 10



- a) Anexo I, contendo o plano operativo;
- b) Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de apuração/cálculo;
- c) Anexo III, contendo cronogramo de desembolso;

Ponte Nova, 22 de fevereiro de 2022.

CONTRATANTE

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal

CONTRATADO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz Diretor Técnico – CIMVALPI

Gestor de Contrato - MUNICÍPIO

Fiscal de Contrato - CIMVALPI

Fiscal de Contrato - MUNICÍPIO

3



ANEXO I - PLANO OPERATIVO

O **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os procedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse peio Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), conforme informado no quadro do anexo III.

O planejamento dos recursos necessários para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.





ANEXO II - VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS E METODOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO

	CIMVALPI ANEXO	F-A - PLANE	HA DE PR	EÇO	unitárk	06 - F	PU.						
	CO: SERVIÇÕE DE LAPA BUILAÇÕE								_	_	100	24,000	. —
CAL: AL	IS DIVIPISÁD DO MUNICIPIO DE PONTE NOVA												
	HEFERBOCKIE SETTEF OFFICER (SUIDECAN)	P12421; \$81307 674	MŽ1; MCRO 64	/3421; DI	ER-EK TIRMEN;	MOP-C	LIBETTEL	AR. 542	T; DUN	AP ANYZOZE			
71 W			A 491 - 675					L		+411+	100	1.7%	0.72
	of KINA ACCOUNTS OF LIBERA								*:		• •		
	Carrier of the Carrie		7		1 Jan 18		· · · · ·		=	75	4.84	f	
NOT	BANG COMO CHIMINECO 110 cm x 120 cm il 250 cm COSE GARGA FERIÇÃO	mile:	1,89	NS.	654 59	4,3498	RS	49(5)	#E	786.00	0.000	MERCAP AB/9021	f 01.14.63
		The state of the state of	To Age 12	<u> </u>	1. 974				M	A STATE OF	+##		
4	COME BALLYOC HIS 15 on		HR,AM	Tree.	20,27	1.00	*	45,97	10	444,76	A, MANA	BUCKSAP JAA/3021	E OLILOT
	DEN NOTOE: HIS SERVICES								F ?		5		
2	CONTENENTATION OF CONTENTS AND THE PARTY OF	建筑中地			1		7	1700			-		12.12
He, go	CORTE MICCANICO CON MININA CINCRA AR EN CONCRETO I AMPACTO] -	1.000,00	res :	1,00	Called	***	1,07	P#6	EDMAN	444	BLURGAP AUGUST	2 02 12,01
	CARGO OF TAXABLE CORPO TO BURNING COMMAND	Fred at							-	45.44	4.000		
10	MECHANIA.	-	141.50	25	1,50	1,200	74	241	RB	491,000	0,00%	9(DBC4F #A/2021	r 1027 (#
	Therefore he present the property of the continues	128-252	7.56						-	LANKAR	4390	11 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	1.7
74	2 Mais = Chaff = at 6 Mais		68,25	FOL	2,25	1,2500	*	Z M S	AI	1.074,00	2.21%	ALIEUP AKIET	/ 松温料
1000		<u> </u>	\$27,232				7.			4.000	2,00%		r i j
	CAPPAR & VANDERSAG DE PROMERTO DE ALABAMENTA DE AZUMENTA	<u> </u>	1,8/1,48	R#	1,78	بنائيا	101	2,64	-	4,300,415	4.00%	MARCH ANDERS	/ 企業的
	F12/8 (K141 +)								F1	45 81 6	1977%		
					74	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		15	44		-	经为存款证券	
v 📫	CAMBINETO ASPARTICO SIE PETRICILATO A BRANCE, CONT. METRA (COLUTIADO NA ANEPARTICIDADO DE COMO.	1:	-	R4	147.A	1,244		(#D 23	~	378/735,80	24,00%	MARKET RACES	
2.			y . N.	 	1200	150	-	40 Table 19	-	2,116	5. 2.46		
mar.	CHY • 19 km	t y ten	78.360,00	RS		1,242	25	عن ا	-		7,000	14 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	7 20.10.DE
1	CONTRACTOR OF THE PROPERTY OF THE PARTY OF T	ALC: AVA STEE	10. 1 . 1 Mg	-	73. 347.	VI. 2		7.07.7	-	Tic Street		v 30 st 25	100
13. 412	TANN-BURNOD CON CONCORPO BETAMENÇOS HISTORIOS A CLIENTE ESCRECAÇÃO BROLLESSO ABRANDES, PORTURA OR LANÇÃO, MULHAÇÃO DA ANGRAN, PORMICIORIOTO E SEMANDORIO ROSA PROMEDIONIO, CINCLES PORMIZEMENTO. E TRANSPORTO DO DA TIENAL BUTA ARRADORO.	-	1.004,00	N\$	-	1,2500	~	010/20	==	igs2dajin		MOOP ALIGNY	t into antas
	585 F 594							F.L		atrosass	:		





ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os débitos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data débito		Valor Mês	
10/03/2022		R\$ 291.979.96	90
11/04/2022		R\$ 291.979,96	J.
10/05/2022	1 × 1	R\$ 291.979,97	70
Total	, (R\$ 875.939,89	

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 22 de fevereiro de 2022.

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal



Este documento for assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes. Este documento for assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixoira. Luiz Henrique da Silva Borges e rodolto rodrígues bordoni.
Para verificar as assinaturas va ao site.

 10





Banco Itaú - Comprovante de Pagamento TED C – outra titularidade

Identificação no extrato: SISPAG FORNECEDORES

Dados da conta debitada:

Nome: PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS

Agência: 1481

Conta corrente: 24057 - 8

Dados da TED:

Nome do favorecido: CIMVALPI CONSORCIO INTERMUNIC

CPF/CNPJ: 19738706000183

Número do banco, nome e ISPB: 104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ISPB 00360305

Agência: 0146PONTE NOVA

Conta corrente: 00000005898 Valor da TED: R\$ 583,959,93

Finalidade: CREDITO EM CONTA

informações fornecidas pelo pagador:

Controle: 771670263000017

TED solicitada em 27/05/2022 às 15:57:23 via Sispag.

Autenticação:

7B96BE2352049E67A5F70B31E0E8A3413C7D0B85



UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: PONTE NOVA

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

RAZÃO DE EMPENHO

18 nov 2022 15:20 FOLHA:

CREDOR: 79609 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

DATA	CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR
20/04/2022	002928	Empenho orçamentário	875.939,89
30/05/2022	000001	Liquidação de empenho	510.071,25
	000870	TRANSFERENCIA CIMVALPI	510.071,25
30/05/2022		Pagamento empenho 2022/05439 Doc 0000083224 Ctc.0000000006	0,00
30/06/2022	000002	Liquidação de empenho	202.288,30
	000870	TRANSFERENCIA CIMVALPI	202.288,30
30/06/2022		Pagamento empenho 2022/06816 Doc.9000083366 Ctc.0000000006	0,00
31/08/2022	000003	Liquidação de empenho	148.458,53
	000870	TRANSFERENCIA CIMVALPI	148.458,53
31/08/2022		Pagamento empenho 2022/08929 Doc.0000083546 Ctc.0000000006	0,00
01/10/2022	000004	Liquidação de empenho	15.121,81
	000870	TRANSFERENCIA CIMVALPI	15.121,81
01/10/2022		Pagamento empenho 2022/10898 Doc,0000083674 Ctc.0000000006	0,00

RESUMO

Empenhado:	875.939,89
Complementado:	0,00
Anulado:	0,00
Liquidado:	875.939,89
Descontos:	875.939,89
Anulação de Liquidação:	0,00
A Liquidar:	0,00
Cancelamentos:	0,00
Restabelecimento.:	0,00
Liquidado a Pagar:	0,00
Pagamentos:	0,00
Anulação de Pagamento:	0,00
Empenhado a Pagar:	0,00

INDICE - DOCUMENTOS CONTRATO 76/2022 - 1º ADITIVO TERMOS	
	4
NE GLOBAL 4409 CT 76 - 1º ADITIVO	1
TERMO CONTRATO RATEIO 76/2022 1º ADITIVO E RESERVA	2
REPASSE	
OP 2504 E ANEXOS/RECIBO - PARCELA UNICA	5
RAZAO NE 4409 POR CONSOLIDAÇÃO BALANCETE DESPESA DO CONSORCIO	9

-di

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA-MG

 $N^{\circ} = 4409/2022$ NOTA DE EMPENHO O ordenador da despesa, para efeito da execução orçamentária, determina que seja empenhada neste exercício a importância abaixo discriminada. Data: 10/06/2022 Ficha: 000089 Orçamento de: 2022 Tipo: Global Órgão...... 02 Unidade..... 02.02 EXECUTIVO MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO Unidade....: - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG - GESTAO DO CIMVALPI - Rateio pela Particip. Consórcio Público SubUnidade..... 02.02.02 Classif. Orçamentária: 04.122.0070.2445 Elemento da Despesa..: 4.4.71.70.00 Fonte de Recurso....: 2.00.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO P Endereço.: RUA Jaime Pereira N°: 127 Bairro: Progresso CEP: 35.4 Endereço.: RUA Jaime Pereira Nº: 127 Bairro: Progress Cidade...: Ponte Nova - MG CNPJ..: 19.738.706/0001.83 CEP: 35.430-186 Banco ...: 104 Agência ..: 146-5 Conta ..: 628-2 Pela presente fica empenhada a importância de R\$25.350,30 Vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e trinta centavos........ Hist.: TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO 76/2022 JUSTIFICADA PELA ALTERAÇÃO DO VALOR INICIAL CONTRATADO CONF. TERMO ANEXO. Licitação.: Não se Aplica Processo No. ata: 10/06/2022 Ordenador da Despesa: _ FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE CPF: .472.786- / SECRETARIO MUNICIPAL Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado: SALDO ANTERIOR ..:37.947,53 : VALOR LIQUIDADO .:0,00 VALOR EMPENHADO .:25.350,30 DESCONTO 0,00 SALDO ATUAL: VALOR LIQUIDO ...: TOTAL EMPENHADO .:25.350,30 VALOR A LIQUIDAR : danos Data: 10/06/2022 Contador(a)/Contabilista: _ LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO CRC: MG68.992/0 / CONTADOR A liquidação N° 000, no valor R\$0,00, da despesa a que se refere a presente NOTA DE EMPENHO, foi procedida com base no documento apresentado, onde demonstra a entrega do material (1) efetivação do serviço prestado. Data: ___/___ Assinatura: _ FEFNANDO ANTONIO DE ANDRADE CFF: .472.786- / SECRETARIO MUNICIPAL -----Face a liquidação acima autorizo o pagamento desta importância ao favorecido. Data: ___/___ Ord. Pagto: __ ANDRE LUIS NUNES SANTOS CPE: .496.376- / SECRETARIO MUNICIPAL referente a despesa acima mencionada, la qual e dada plena quitação.

RECURSO

CHEQUE:

Data

Usuário: luciana

Identidade/CPF/CGC

CONTA:

Assinatura do Credor ou seu Procurador

DATA:___/__/_

012504



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO

CONTRATO Nº 076/2022

Pelo presente instrumento que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico Silvério Joaquim Aparecido da Luz, adiante denominado CONTRATADO e de outro lado o MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Guimarães, CPF nº denominado CONTRATANTE, Contrato de Rateio nº 076/2022, têm justo e contratado o seguinte termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a alteração do contrato vigente do seu valor inicial de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), passando para o valor de R\$ 901.290,19 (novecentos e um mil, duzentos e noventa reais e dezenove centavos), em um acréscimo de R\$ 25.350,30 (vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e trinta centavos), devido a inclusão dos itens 02.06.02, 02.06.05, 03.01.03, conforme Anexo I – Planilha de Preços Unitários – PPU.

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA:

2.1. O Presente termo aditivo é realizado com fundamento no art. 65, inciso I, b, da Lei 8.666/93, cláusula terceira, do instrumento contratual aditado, justificada a sua formalização em razão da necessidade de alteração do valor inicial contratado, com anuência do contratante, mantendo-se mais vantajosos para a Administração; pelo registro da adequação dos serviços contratados e satisfação da finalidade almejada; por fim, pelo registro da manutenção da motivação que levou a contratação original.

Ponte Nova, 11 de março de 2021.

CONTRATANTE
Wagner Mól Guimarães

Prefeito Municipal

CONTRATADO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz

Diretor Técnico – CIMVALPI

Gestor de Contrato - MUNICÍPIO

Fiscal de Contrato – CIMVALPI

Fiscal de Contrato - MUNICÍPIO



ANEXO I - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU



ANEXO I - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

OBRA/SERVIÇO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E SERVIÇOS DE TAPA BURACOS

26,95%

LOCAL: SEDE, DISTRITOS, SUBDISTRITOS E LOCALIDADES DOS MUNICÍPIOS DE CONSORCIADOS AO CIMVALPI

REFERÊNCIAS: SETOP 07/2021; SUDECAP 07/2021; SINAPI 07/2021; SICRO 04/2021; DER-ES 11/2020; SMOP-CURITIBA JUL/2021; DER-SP JUN/2021

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE		CUSTO	BDI	PRE(ço		PREÇO	INC.	FONTE / CO	óbico
					UNITÁRIO	26,95%	UNITÁ	RIO		TOTAL			
02.06	SINALIZAÇÃO/SEGURANÇA	10年15年16日	n is see 2 mil		6				R\$	1.912,80	7,55%		Ü
02.06.02	PLACA 0,50 m x 0,50 m DUPLA FACE CHAPA GALVANIZADA 22 EM CAVALETE	un/mês	30,00	R\$	17,95	1,2695	P\$	22,73	R\$	683,70	2,70%	SUDECAP JUL/2021	1 101 11 030
02.06.05	CONE EMPVCH= 75 cm	un	30,00	R\$	32,27	1,2695	R\$	40,97	R\$	1.229,10	4,85%	SUDECAP JUL/2021	/ 01.11.07g
03.01	DEMOLIÇÃO DE PASSEIO E PAVIMENTO	1000	建 图24 东西	39/					R\$	23,437,50	92,45%		9
03.01.03	DE REVESTIMENTO ASFALTICO COM EQUIP. PNEUMATICO	m'	1.875,00	R\$	9,85	1,2695	R\$	12,50	R\$	23.437,50	92,45%	SUDECAP JUL/2021	1 02.11.07
	VALOR TOTAL							R\$		25.350,30	100,00%		



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges, Vanise Maria Santos Teixeira e rodolfo

Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código

7B84-6AFE-677E-86B5.

Este documento foi assinado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

RESERVA DE DOTAÇÃO No - 00067

O responsável p/ exec. orçament. do(a) PONTE NOVA,

para atender a Lei 8.666/93 e suas alte	erações, reserva nesta data a importância
abaixo discriminada.	
Orçamento de: 2022	Data: 23/05/2022 Ficha: 89
Tipo de Licitação: Não se Aplica	Licitação No:
	- Rateio pela Particip. Consórcio Público - Recursos Não Vinculados de Impostos
	a reais e trinta centavos.*********
and	a leafs e trinta centavos.
Hist.: RESERVA PARA O PRIMEIRO TERMO AD 2	ITIVO AO CONTRATO DE RATEIO CONTRATO Nº 076/202
<u></u>	
Sendo o saldo da dotação orçamentária o	abaixo demonstrado:
SALDO ANTERIOR : *******228.490,70 :	VALOR RESERVADO : *******25.350,30
Data: 23/05/2022 Contador(a):	IANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO

CONTADOR CRC-MG68.992/0

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ORDEM DE PAGAMENTO Nº 2.504-1

DESPESA EXTRA-ORCAMENTARIA

Exercício de: 2022 Data: 21./06/2022 Ficha: 000870

Classif. Extra-Orgament.: 1.1.3.04.00.00 - DEVEDORES DIVERSOS
Ficha: 000870 - TRANSFERENCIA CIMVALP.
Unidade : 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG
Fonte de Recurso: 2.00.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos
Fica o Serviço de Finarças autorizado a pagar a importância de
R\$ ********25.350,30 ,Vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e trin- ta centavos.************************************
ao Credor abaixo mencionado.
Credor: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE Número: 79609 Endereço.: RUA Jaime Pereira Bairro: Progresso CEP:35.430-186
Cidade: Ponte Nova Est: MG
Insc. Est: CGC: 19.738.706/0001.83
Banco: 104 Agência: 146-5 Conta: 628-2
Hist.: REPASSE AO CIMVALPI ATRAVES DE ADITIVO CONT. DE RATEIO 76/2022 PARA
EXECUCAO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, TAPA BURACO, DRENAGENS,
CONTENCOES ENTRE OUTRAS OBRAS ESPECIALIZADAS EM VIAS OU ESTRADAS NO MUNICIPIO
TALOR DA ODDEM DE DAGAMENTO
VALOR DA ORDEM DE PAGAMENTO: ************************************
VALOR LÍQUIDO ********25.350,30
25.330,30
Contador (a) /Contatilista:
LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARD MG68.992/O
Pague-se PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE/NOVA/21 de/junho de 2022.
$\sim 1 / \omega \Lambda I I I I I I I$
Ordenador da Despesa:
FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
.472.786-
QUITACÃO
Recebi (emos) do (a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, a importância de
R\$ *******25.350,30 ,Vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e trin-
ta centavos.************************************
referente a Ordem de Pagamento acima mencionada, da qual é dada plena quitação.
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Data Identidade/CPF/CGC Assinatura do Credor ou seu Procurador
BANCO: 814 CONTA: 24057. CHEQUE:
Data: 12/06/21 Tesoureiro:
Usuário: luciana

Este documento foi assinado ligitalmente por Wagner Mol Gurmaraes e Silveno Joaquum Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luz Henrique da Silva Borges, Vanise Mana Santos



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO

CONTRATO Nº 076/2022

Pelo presente instrumento que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso. Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico Silvério Joaquim Aparecido da Luz, adiante denominado CONTRATADO e de outro lado o MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Gulmarães, CPF nº .603.006. denominado CONTRATANTE, Contrato de Rateio nº 076/2022, têm justo e contratado o seguinte termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a alteração do contrato vigente do seu valor inicial de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), passando para o valor de R\$ 901.290,19 (novecentos e um mil, duzentos e noventa reais e dezenove centavos), em um acréscimo de R\$ 25.350,30 (vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e trinta centavos), devido a inclusão dos itens 02.06.02, 02.06.05, 03.01.03, conforme Anexo I — Planilha de Preços Unitários — PPJ.

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA:

2.1. O Presente termo aditivo é realizado com fundamento no art. 65, inciso I, b, da Lei 8.666/93, cláusula terceira, do instrumento contratuat aditado, justificada a sua formalização em razão da necessidade de alteração do valor inicial contratado, com anuência do contratante, mantendo-se mais vantajosos para a Administração; pelo registro da adequação dos serviços contratados e satisfação da finalidade almejada; por fim, pelo registro da manutenção da motivação que levou a contratação originat.

Ponte Nova, 11 de março de 2021.

CONTRATANTE Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal	CONTRATADO Silvério Joaquim Aparecido da Lu: Diretor Técnico – CIMVALPI
Gestor de Contrato — MUNICÍPIO	Fiscal de Contrato - CIMVALPI
Fiscal de Contrato – MUNICÍPIO	-

1



ANEXO I - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU



ANEXO I - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

OBRA/SERVIÇO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E SERVIÇOS DE TAPA BURACOS

BDI = 26,95%

LOCAL: SEDE, DISTRITOS, SUBDISTRITOS E LOCALIDADES DOS MUNICÍPIOS DE CONSORCIADOS AO CIMVALPI

REFERÊNCIAS: SETOP 07/2021; SUDECAP 07/2021; SINAPI 07/2021; SICRO 04/2021; DER-ES 11/2020; SMOP-CURITIBA JUL/2021; DER-SP JUN/2021

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	custo	BOI	PR	REÇO		PREÇO	INC.	FONTE / C	ÓDIG	0
				UNITARIO	25.95	UNIT	TARIO		TOTAL				
02.06	SINALIZAÇÃO/SEGURANÇA							RS	1.912,80	7,55%			co.
37.05.02	PLACA U, SO mix C, SO m DUPLA FACE CHAPA GAI VANIZADA 22 EM CAVALETE	un/mês	30,00	P\$ 1	7,95 1,269	5 R\$	22,79	R\$	683,70	2.70%	SUDECAP JUL/2021	1	011103
02.06.05	CONE EM PVC H = 75 cm	un	30,00	R\$ 3	,27 1,289	5 9\$	40,97	FIS.	1.229,10	4,85%	SUDECAP JUL/2021	1	01.11.07%
03.01	DEMOLIÇÃO DE PASSEIO E PAVIMENTO							R\$	23,437,50	92,45%		-	3
03.01.03	DE REVESTIMENTO ASFALTICO COM EQUIP PNEUMATICO	m'	1.875,00	R\$	9,85 1,269	5 R\$	12,50	R\$	23.437,50	92,45%	SUDECAP JUL/2021	1	02.11.075

R\$

25.350.30 100,00%



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquím Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges, Vanise Maria Santos Teixeira e rodolfo rodrigues bordoni.

VALOR TOTAL

Para verificar as assinaturas va ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br.443 e utilize o código

7B84-6AFE-677E-86B5.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211 CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: <u>cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br</u> – Site: <u>www.cimvalpi.mg.gov.br</u> Este documento foi assinado digitalmente por Wagni eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges.

Este documento for assinado





Banco Itaú - Comprovante de Pagamento TED C - outra titularidade

Identificação no extrato: SISPAG FORNECEDORES

Dados da conta debitada:

Nome: PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS

Agència: 1481

Conta corrente: 24057 - 8

Dados da TED:

Nome do favorecido: CIMVALPI CONSORCIO INTERMUNIC

CPF/CNPJ: 19738706000183

Número do banco, nome e ISPB: 104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ISPB 00360305

Agência: 0146PONTE NOVA

Conta corrente: 00000005898 Valor da TED: R\$ 25,350,30

Finalidade: CREDITO EM CONTA

Informações fornecidas pelo pagador:

Controle: 775644379000092

TED solicitada em 22/06/2022 às 15:52:12 via Sispag.

Autenticação:

19891509896219BF4ABFD1019E52DE7EC8F27FDE



UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: PONTE NOVA

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

RAZÃO DE EMPENHO

18 nov 2022 15:20

FOLHA:

DATA	CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR
10/06/2022	004409	Empenho orçamentário	25.350,30
01/10/2022	000001	Liquidação de empenho	25.350,30
	000870	TRANSFERENCIA CIMVALPI	25.350,30
01/10/2022		Pagamento empenho 2022/10898 Doc.0000083674 Ctc.0000000006	0,00

Empenhado:	25.350,30
Complementado:	0,00
Anulado:	0,00
Liquidado:	25.350,30
Descontos:	25.350,30
Anulação de Liquidação:	0,00
A Liquidar:	0,00
Cancelamentos:	0,00
Restabelecimento.:	0,00
Liquidado a Pagar:	0,00
Pagamentos:	0,00
Anulação de Pagamento:	0,00
Empenhado a Pagar:	0,00

INDICE - DOCUMENTOS CONTRATO 76/2022 - 2º ADITIVO	
TERMOS	
NE GLOBAL 6297 CT 76 - 2º ADITIVO	1
TERMO CONTRATO RATEIO 76/2022 2º ADITIVO E RESERVA	2
REPASSE	
OP 3621 E ANEXOS/RECIBO - PARCELA UNICA	7
RAZAO NE 6297 POR CONSOLIDAÇÃO BALANCETE DESPESA DO CONSORCIO	13

11.00

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA-MG NOTA DE EMPENHO N°= 6297/2022

NOTA DE EMPENHO O ordenador da despesa, para efeito da execução orçamentária, determina que seja empenhada neste exercício a importância abaixo discriminada. Data: 12/08/2022 Ficha: 000089 Orçamento de: 2022 Tipo: Ordinário Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO P Endereço: RUA Jaime Pereira Nº: 127 Bairro: Progresso Cidade...: Ponte Nova - MG CNPJ..: 19.738.706/0001.83 CEP: 35.430-186 Banco ...: 104 Agência ..: 146-5 Conta ..: 628-2 Pela presente fica empenhada a importância de R\$279.798,99 Duzentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos..... Hist.: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 76/2022 PARA REPASSE REF.AO REEQUIIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DE ITENS DO CONTRATO ADM DO CIMVALPI COM EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERV.DE TAPA BURACOS E PAV.ASFALTICA CONF.TERMO ANEXO Processo Nº .: Licitação.: Não se Aplica FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE Data: 12/08/2022 Ordenador da Despesa: CPF: .472.786- / SECRETARIO MUNICIPAL Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado:309.210,19 : VALOR LIQUIDADO :0,00
.....279.798,99 : DESCONTO0,00
.....29.411,20 : VALOR LIQUIDO0,00
.....279.798,99 : SALDO A LIQUIDAR :279.798,99 SALDO ANTERIOR . . : VALOR EMPENHADO .: Myardo Data: 12/08/2022 Contador(a)/Contabilisca: _ LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO CRC: MG68.992/0 / CONTADOR A liquidação N° 000, no valor R\$0,00, da despesa a que se refere a presente NOTA DE EMPENHO, foi proced da com base no documento apresentado, onde demonstra a entrega do material ou efetivação do serviço prestado. _/__/ Assinatura: _ FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE CPF: - .472.786 / SECRETARIO MUNICIPAL Face a liquidação acima autorizo o pagamento desta importância ao favorecido. Data: ___/___ Ord. Pagto: __ ANDRE LUIS NUNES SANTOS CPF: 496.376- / SECRETARIO MUNICIPAL referente a despesa acima mencionada, da qual e dada plena quitação. Identidade/CPF/CGC Assinatura do Credor ou seu Procurador RECURSO CONTA: CHEQUE: BANCO: DATA:___/__ Usuário: luciana



SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO

CONTRATO N° 076/2022

Pelo presente instrumento que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico Silvério Joaquim Aparecido da Luz, adiante denominado CONTRATADO e de outro lado o MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001 -29, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Guimarães, CPF nº 603.006 , denominado CONTRATANTE, Contrato de Rateio nº 076/2022, têm justo e contratado o sequinte termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente instrumento a alteração do contrato vigente do seu valor inicial de 901.290,19 (novecentos e um mil, duzentos e noventa reais e dezenove centavos), para o valor de R\$ 1.181.089,18 (um milhão e cento e oitenta e um mil e oitenta e nove reais e dezoito centavos), em um acréscimo de R\$ 279.798,99 (duzentos e setenta e nove mil e setecentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos).
- 1.2 O referido acréscimo se dá em razão do reequilíbrio econômico-financeiro de alguns itens do contrato administrativo realizado com a empresa de engenharia contratada para a prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto intertravados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI, conforme detalhado na planilha do anexo I do presente aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

2.1. O Presente termo aditivo é realizado com fundamento no art. 65, inciso I, alínea "d", da Lei 8.666/93, cláusula terceira, do instrumento contratual aditado, justificada a sua formalização em razão da necessidade de alteração do valor inicial contratado de alguns itens, com anuência do contratante, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da relação pactuada entre as partes.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-136 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211 CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.rr:g.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Página 1 de 4

Beala en 12/08/22



Ponte Nova, 24 de maio de 2022.

CONTRATANTE

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal CONTRATADO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz **Diretor Técnico – CIMVALPI**

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronionmente por Luiz Henrique da Silva Borges e Marcela Giardini Freitas. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br.443 e utilize o código C1BF-CE14-2571-7760.



ANEXO I – VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS E METEDOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO



Serviço: PAVIM	Municipio: PONTE NOVA							
DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	BDI	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	INC	FONTE/CÓDIGO
CORTE MECANICO COM SERRA CIRCULAR EM CONCRETO / ASFALTO	m	0,00	R\$ 0,12	1,2695	R\$ 0,15	R\$ 449,75	0,62	SUDECAP JUL/202102.12.01
MECÂNICA	m³	0,00	R\$ 0,20	1,2895	R\$ 0,25	R\$ 46,86	0,03	SUDECAP JUL/202102.27.02
2 KM < DMT <= 5 KM	m³xkm	0,00	R\$ 0.07	1,2695	R\$ 0,09	R\$ 58,93	0,02	SUDECAP JUL/202102,28.03
CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO NA AND ACRESCIDO DE ICMS)	ı	0,00	R\$ 957,05	1,2695	R\$ 1.214,98	R\$ 72,898,63	4,03	SUDECAP JUL/202168,09,08
DMT > 10 km	t x km	0.00	R\$ 0,04	1,2695	R\$ 0,05	R\$ 3,915,34	1,78	SUDECAP JUL/202120,10,03
TAPA-BURACO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE ((EXECUÇÃO INCLUINDO USINAGEM, PINTURA DE LIGAÇÃO, APLICAÇÃO DA MASSA, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS, EXCLUI FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	ton	0,00	R\$ 159,46	1,2695	R\$ 202,43	R\$ 202,429,48	2,59	SETOP JUL/2021 RO-44638
	DESCRIÇÃO CORTE MECANICO COM SERRA CIRCULAR EM CONCRETO / ASFALTO MECÂNICA 2 KM < DMT <= 5 KM CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO NA ANP ACRESCIDO DE ICMS) DMT > 10 km TAPA-BURACO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A OUJENTE ((EXECUÇÃO INCLUINDO USINAGEM, PINTURA DE LIGAÇÃO, APLICAÇÃO DA MASSA, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS, EXCLUI FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL	DESCRIÇÃO UN CORTE MECANICO COM SERRA CIRCULAR EM CONCRETO / ASFALTO MECÂNICA 2 KM < DMT <= 5 KM CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO NA ANP ACRESCIDO DE ICMS) DMT > 10 km TAPA-BURACO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A OUENTE ((EXECUÇÃO INCLUINDO USINAGEM, PINTURA DE LIGAÇÃO APLICAÇÃO DA MASSA, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS, EXCLUI FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL	DESCRIÇÃO UN QUANTIDADE CORTE MECANICO COM SERRA CIRCULAR EM CONCRETO / ASFALTO MECÂNICA m³ 0,00 2 KM < DMT <= 5 m³xkm 0,00 CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO NA ANP ACRESCIDO DE ICMS) DMT > 10 km txkm 0,00 TAPA-BURACO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A OUENTE ((EXECUÇÃO INCLUINDO USINAGEM, PINTURA DE LIGAÇÃO, APLICAÇÃO DA MASSA, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS, EXCLUI FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL	CORTE MECANICO COM SERRA CIRCULAR EM CONCRETO / ASFALTO MECÂNICA m³ 0,00 R\$ 0,20 2 KM < DMT <= 5 KM 0,00 R\$ 0,07 CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO NA ANP ACRESCIDO DE ICMS) DMT > 10 km t x km 0,00 R\$ 0,04 TAPA-BURACO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (EXECUÇÃO INCLUINDO USINAGEM, PINTURA DE LIGAÇÃO, APLICAÇÃO DA MASSA, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS, EXCLUI FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL	DESCRIÇÃO UN QUANTIDADE CUSTO UNIT. CORTE MECANICO COM SERRA CIRCULAR EM CONCRETO / ASFALTO MECÂNICA M³ 0.00 R\$ 0.20 1,2695 2 KM < DMT <= 5 m³xkm 0.00 R\$ 0.07 1,2695 2 KM < DMT <= 5 m³xkm 0.00 R\$ 0.07 1,2695 CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO NA ANP ACRESCIDO DE ICMS) DMT > 10 km Ex km 0.00 R\$ 0,04 1,2695 TAPA-BURACO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (EXECUÇÃO INCLUINDO USINAGEM, PINTURA DE LIGAÇÃO, APULCAÇÃO DA MASSA, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS, EXCLUI FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL	DESCRIÇÃO UN QUANTIDADE CUSTO BDI PREÇO UNIT.	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO UN QUANTIDADE CUSTO BDI PREÇO PREÇO TOTAL INC

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges e Marcela Glardini Freitas,

Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C1BF-CE14-2571-7760.

Página 3 de 4





ANEXO II - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os pagamentos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data Pagamento	Valor Pagamento
27/05/2022	R\$ 279.798,99
TOTAL	R\$ 279.798,99

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova. 24 de majo de 2022.

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimarae i e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges e Marcela Giardini Freitas. Para verificar as assinaturas vá ao site

https://www.portaldeassipalHgascopp.hr/423.6-Hillizess cockep 35.136-136.142574.77769 MG - (31) 3881-3211 CNPJ: 19.738.706/0001-83 - E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br - Site: www.cimvalpi.mg.gov.br Página 4 de 4

Para veri

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

RESERVA DE DOTAÇÃO No - 00077

para atender a Lei 8.666/93 e suas alterações, reserva nesta data a importância

O responsável p/ exec. orçament. do(a) PONTE NOVA,

abaixo discriminada. Data: 10/06/2022 Ficha: 89 Orçamento de: 2022 Tipo de Licitação: Dispensa Art. 24 Licitação No: Órgão 02 - EXECUTIVO MUNICIPAL Unidade 02.02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SubUnidade..... 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG - Administracao Função 04 Sub-Função 122 - Administração Geral C sif. Orçamentária ..: 0070.2445 - GESTAO DO CIMVALPI Elemento da Despesa: 4.4.71.70.00 - Rateio pela Particip. Consórcio Público - Recursos Não Vinculados de Impostos Fonte de Recursos: 1.00.00 Pela presente fica reservada a importância de R\$ *******279.798,99 Duzentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e no Hist.: aditivo de contrato de rateio 076/2022 Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado: Data: 10/06/2022 Contador(a): _ LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO

CONTADOR CRC-MG68.992/0

6

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ORDEM DE PAGAMENTO Nº

3.621-1

DESPESA EXTRA-OPCAMENTARIA

Exercício de: 2022

Data: 12/08/2022 Ficha: 000870

Classif. Extra-Orcament.: 1.1.3.04.00.00 - DEVEDORES DIVERSOS Ficha: 000870 - TRANSFERENCIA CIMVALPI Unidade: 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG Fonte de Recurso: 2.00.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos Fica o Serviço de Finanças autorizado a pagar a importância de R\$ ********279.798,99 ,Duzentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos.************************ ao Credor abaixo mencionado. Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE Número: 79609 CEP:35.430-186 Endereço.: RUA Jaime Pereira Bairro: Progresso Cidade ...: Ponte Nova Est...: MG CGC...: 19.738.706/0001.83 Insc. Est: Banco ...: 104 Agência ..: 146-5 Conta . : 628-2 Hist.: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 76/2022 PARA REPASSE REF.AO REEQUIIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DE ITENS DO CONTRATO ADM DO CIMVALPI COM EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERV.DE TAPA BURACOS E PAV.ASFALTICA CONF.TERMO ANEXO VALOR DA ORDEM DE PAGAMENTO: *******279.798,99 VALOR LÍQUIDO *******279.798,99 Contador (a) / Contabilista: LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO MG68.992/0 Pague-se PREFEITURA MUNICIPAL DE RONTE NOVA, 12 de #gosto de 2022. Ordenador da Despesa: FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE .472.786-U ACÃ I T Recebi (emos) do (a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, a importância de R\$ *******279.798,99 ,Duzentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos.************************** referente a Ordem de Pagamento acima mencionada, da qual é dada plena quitação. Identidade/CPF/CGC Assinatura do Credor ou seu Procurador CHEQUE: CONTA: Data: 17, 8, 27 Tesoureiro:

Usuário: luciana



SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO

CONTRATO Nº 076/2022

Pelo presente instrumento que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico Silvério Joaquim Aparecido da Luz, adiante denominado CONTRATADO e de outro lado o MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001 -29, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Guimarães, CPF nº 603.006-10, denominado CONTRATANTE, Contrato de Rateio nº 076/2022, têm justo e contratado o seguinte termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente instrumento a alteração do contrato vigente do seu valor inicial de 901.290,19 (novecentos e um mil, duzentos e noventa reais e dezenove centavos), para o valor de R\$ 1.181.089,18 (um milhão e cento e oitenta e um mil e oitenta e nove reais e dezoito centavos), em um acréscimo de R\$ 279.798,99 (duzentos e setenta e nove mil e setecentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos).
- 1.2 O referido acréscimo se dá em razão do reequilíbrio econômico-financeiro de alguns itens do contrato administrativo realizado com a empresa de engenharia contratada para a prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto intertravados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI, conforme detalhado na planilha do anexo I do presente aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

2.1. O Presente termo aditivo é realizado com fundamento no art. 65, inciso I, alínea "d", da Lei 8.666/93, cláusula terceira, do instrumento contratual aditado, justificada a sua formalização em razão da necessidade de alteração do valor inicial contratado de alguns itens, com anuência do contratante, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da relação pactuada entre as partes.



Ponte Nova, 24 de maio de 2022.

CONTRATANTE

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal CONTRATADO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz **Diretor Técnico – CIMVALPI**

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges e Marcela Giardini

Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaideassinaturas.com.br.443 e utilize o código C1BF-CE14-2571-7760.



ANEXO I – VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS E METEDOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO



	Serviço: PAVIM	ENTAÇ	ÃO ASFÁLTICA	On the same	Municipio: PONTE NOVA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	BDI	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	INC	FONTE/CÓDIGO		
03.02.01	CORTE MECANICO COM SERRA CIRCULAR EM CONCRETO / ASFALTO	m	0,00	R\$ 0,12	1,2695	R\$ 0,15	R\$ 449,75	0,62	SUDECAP JUL/202102.12.01		
03,06,02	MEGĂNICA	m³	0,00	R\$ 0,20	1,2695	R\$ 0,25	R\$ 46,86	0,03	SUDECAP JUL/202102.27.02		
03.07.03	2 KM < DMT <= 5 KM	m³xkm	0,00	R\$ 0,07	1,2695	R\$ 0.09	R\$ 58,93	0,02	SUDECAP JUL/202102.28,03		
06.07.93	CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO NA ANP ACRESCIDO DE ICMS)		0,00	R\$ 957,05	1,2695	R\$ 1.214,98	R\$ 72.898,63	4,03	SUDECAP JUL/202168,09.06		
06.08.02	DMT > 10 km	t x km	0,00	R\$ 0,04	1,2695	R\$ 0,05	R\$ 3,915,34	1,78	SUDECAP JUL/202120,10,03		
06.11.02	TAPA-BURACO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE ((EXECUÇÃO INCLUINDO USINAGEM, PINTURA DE LIGAÇÃO, APLICAÇÃO DA MASSA, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS, EXCLUI FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	ton	0,00	R\$ 159,46	1,2395	R\$ 202,43	R\$ 202.429,48	2,59	SETOP JUL/2021 RO-44638		

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges e Marcela Giardini Freitas.

Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br.443 e utilize o código C1BF-CE14-2571-7760.

3



ANEXO II - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os pagamentos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data Pagamento	Valor Pagamento
27/05/2022	R\$ 279.798,99
TOTAL	R\$ 279.798,99

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 24 de maio de 2022.

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges e Marcela Giardini Freitas.

Para verificar as assinaturas vá ao site

https://www.portald@assinalH@ac@in.443.9H8ijizes0 2089 \$145-1-3714777477769mG = (31) 3881-3211 CNPJ: 19.738.706/0001-83 = E-mail: <u>cimvalpi@cimvalpi.n.g.gov.br</u> = Site: <u>www.cimvalpi.ma.gov.br</u> 4

Página 4 de 4





Banco Itaú - Comprovante de Pagamento TED C – outra titularidade

Identificação no extrato: SISPAG FORNECEDORES

Dados da conta debitada:

Nome: PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS

Agência: 1481

Conta corrente: 24057 - 8

Dados da TED:

Nome do favorecido: CIMVALPI CONSORCIO INTERMUNIC

CPF/CNPJ: 19738706000183

Número do banco, nome e ISPB: 104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ISPB 00360305

Agência: 0146PONTE NOVA

Conta corrente: 00000005898 Valor da TED: R\$ 279,798,99

Finalidade: CREDITO EM CONTA

Informações fornecidas pelo pagador:

Controle: 984303480000130

TED solicitada em 17/08/2022 às 16:28:22 via Sispag.

Autenticação:

160BF95FAC8F4ECA3DE7E1E9A6D61C8F1C0EEDA3



UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: PONTE NOVA

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

RAZÃO DE EMPENHO

18 nov 2022 15:21

FOLHA:

FICHA.: 00089 CREDOR: 79609 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

DATA	CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR
12/08/2022	006297	Empenho orçamentário	279.798,99
01/10/2022	000001	Liquidação de empenho	230.366,32
	000870	TRANSFERENCIA CIMVALPI	230.366,32
01/10/2022		Pagamento empenho 2022/10898 Doc. 0000083674 Ctc.0000000006	0,00

Empenhado:	279.798,99
Complementado:	0,00
Anulado:	0,00
Liquidado:	230.366,32
Descontos:	230.366,32
Anulação de Liquidação:	0,00
A Liquidar:	49.432,67
Cancelamentos:	0,00
Restabelecimento.:	0,00
Liquidado a Pagar:	0,00
Pagamentos:	0,00
Anulação de Pagamento:	0,00
Empenhado a Pagar:	49.432,67

INDICE - DOCUMENTOS CONTRATO 188/2022	
TERMOS	
NE GLOBAL 6301 CT 118	1
TERMO CONTRATO RATEIO 118/2022 E RESERVA	:
REPASSE	
OP 3622 E ANEXOS/RECIBO - PARCELA UNICA	13
RAZAO NE 6301 POR CONSOLIDAÇÃO BALANCETE DESPESA DO CONSORCIO	
SEM DESPESA DECLARADA	25

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA-MG NOTA DE EMPENHO N°= 6301/2022 0

O ordenador da despesa, para efeito da execução orçamentária, determina que seja empenhada neste exercício a importância abaixo discriminada. Orçamento de: 2022 Tipo: Ordinário Data: 12/08/2022 Ficha: 000089 Órgão....: 02 - EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade....: 02.02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SubUnidade....: 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG
Classif. Orçamentária: 04.122.0070.2445 - GESTAO DO CIMVALPI
Elemento da Despesa..: 4.4.71.70.00 - Rateio pela Particip. Consórcio Público
Fonte de Recurso...: 2.00.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO P Número: 79609 Endereço.: RUA Jaime Pereira Nº: 127 Bairro: Progresso CEP: 35.430-186 Cidade...: Ponte Nova - MG CNPJ..: 19.738.706/0001.83 Banco ...: 104 Agência ..: 146-5 Conta ..: 628-2 Pela presente fica empenhada a importância de R\$29.411,20 Vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte centavos..... Hist.: CONTRATO 188/2022 PARA REPASSE REF.CONTRATACAO PELO CIMVALPI DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERV.DE TAPA BURACOS, PAV. ASFALTICA, DRENAGEM, BLOQUETES E SERV.COMPLEMENTATRES NAS VIAS E OU ESTRADAS DO MUNICIPIO CONF.TERMO ANEXO Processo Nº .: Licitação.: Não se Aplica Data: 12/08/2022 Ordenador da Despesa: FERNANDO ANTONIO DE ANDR ANDRADE CPF: .472.786 / SECRETARIO MUNICIPAL Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado: | Sendo o Saldo da dotação orçamentalia | Company | Comp SALDO ANTERIOR . . : VALOR EMPENHADO .: VALOR A LIQUIDAR :29.411,20 Ward Contador(a)/Contabilista: __ Data: 12/08/2022 LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO CRC: MG68.992/0 / CONTADOR A liquidação N° 000, no valor R\$0,00, da despesa a que se refere a presente NOTA DE EMPENHO, foi procedida com base no documento apresentado, onde demonstra a entrega do material ou efetivação do serviço prestado. Data: ___/___ Assinatura: _ FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE CPF: 472.786- / SECRETARIO MUNICIPAL Face a liquidação acima autorizo o pagamento desta importância ao favorecido. Data: ___/___ Ord. Pagto: __ ANDRE LUIS NUNES SANTOS CPF: 496.376- / SECRETARIO MUNICIPAL referente a despesa acima mencionada, da qual e dada plena quitação. Identidade/CPF/CGC Assinatura do Credor ou seu Procurador

RECURSO

CHEQUE:

CONTA:

Usuário: luciana

DATA:___/___

Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo

por Wagner Mol Guimaraes, Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz.

. Henrique da Silva Borges. https://www.portaldeassinati

umento foi assinado digitalmente Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Hi ficar as assinaturas vá ao site http

Este documen Campos, Wad Para verificar a



CONTRATO DE RATEIO

N°. 188/2022

PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Guimarães, CPF nº .603.006-, denominado simplesmente MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, Silvério Joaquim Aparecido da Luz no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Sr. Prefeito Municipal de VISCONDE DO RIO BRANCO, Luiz Fábio Antonucci Filho, CPF nº .593.236denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas a seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍPIO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:
 - a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto intertravados, drenagens, contenções, serviços especializados para controle das obras complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI.
- 1.1.1 A metodología da gestão e da estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do contrato do CONSÓRCIO.
- Observado o objeto descrito nesta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variáveis de manutenção das atividades e dos objetivos do CONSÓRCIO.
- 1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os

Página 1 de 10

1

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso - CEP: 35.430-186 - Ponte Nova/MG - (31) 3881-3211 CNPJ: 19.738.706/0001-83 - E-mail: cimvalpi@cimvalpi.ma.gov.br - Site: www.cimvalpi.ma.gov.br



subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações e serviços descritos do Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos ao CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.

2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, será efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.

2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexo II, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e aprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

- 3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para o exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 29.411,20 (vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.
- 3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.
- 3.3. Nos termos do art. 1°, inciso III c/c o art. 2° da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irreajustável, ressalvada a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.

Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Brollo



3.4. Na hipótese de apuração de eventual saldo dos recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO, observado o disposto nesta cláusula, sendo objeto de repactuação ou reprogramação, devendo atender, em qualquer caso, ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte - IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

- 4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre a data de assinatura do contrato até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.
- 4.2. O prazo de execução das ações e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de contratação a ser realizado pelo CONSÓRCIO.
- 4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 4.1.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizados pelo CIMVALPI, correrão à conta da seguinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

04.122.0070.2445 - 3.3.71.70.00 - Fonte 2.00.00

- 5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 avos, desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectiva lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.
- 5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO não cumprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias para adequar a execução orçamentária e

por Matheus Barbosa Broilo

foi assinado

Este documento



financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação financeira estabelecida no orçamento do CONSÓRCIO e nos contratos de rateio celebrados com os Municípios Consorciados.

5.5. Eventual saldo dos recursos financeiros do exercício anterior ou do exercício a que se refere este contrato de rateio que tenham sido transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO será objeto de repactuação (execução no próprio exercício) ou reprogramação (execução no exercício seguinte) e deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

5.5.1. Os recursos recebidos mediante contrato de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes, deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

5.6. A devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.

5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto nº 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.

5.8. Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

- 6.1. O CONSÓRCIO obriga-se a:
- 6.1.1. Realizar a execução das despesas orçamentárias mediante utilização dos recursos financeiros transferidos, em estrita observância ao objeto e finalidades descritas na cláusula primeira e no plano operativo constante do Anexo II deste contrato e em conformidade com as normas de direito financeiro e de contabilidade pública, vigentes e expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
- 6.1.2. Realizar a fiscalização da execução indireta dos serviços prestados por terceiros credenciados e/ou conveniados e/ou contratados;
- 6.1.3. Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;
- 6.1.4. Publicar o extrato deste contrato de rateio;
- 6.1.5. Cumprir o disposto no §4º do art. 8º da Lei 11.107/2005, mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.
- 6.1.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores;

por Matheus Barbosa Broilo

assinado eletronicamente

documento foi

Este



6.1.7. Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas no item 6.1.5, até quinze dias após o encerramento do período de referência, devendo, o detalhamento referente à execução da despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, sub função e fonte/destinação de recursos.

6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por

meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:

o orçamento do CONSÓRCIO;

b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;

c) as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;

o Relatório de Gestão Fiscal

e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária:

6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;

7.1.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;

7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;

7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;

7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES E RESCISÃO

- 8.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no §5º do art. 8º da Lei 11.107/2005.
- 8.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampia defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

Barbosa Broilo

por Matheus

assinado eletronicamente

documento foi

Este



CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência deste termo de contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo servidor do CONSÓRCIO, Sr. Silvério Joaquim Aparecido da Luz, CPF nº 482.466. Denominação de emprego público: Diretor Técnico, designado como gestor, e pelo Sr. Wadson Ribeiro Corcini, CPF nº 605.656. Denominação de emprego público: Supervisor de Execução de Obras, designado como fiscal, bem como por servidores do Município de Ponte Nova, Sr. Luiz Henrique da Silva Borges, CPF nº 289.826. Denominação do emprego público: Secretario Municipal de Obras, designado gestor, e pelo Matheus Barbosa Broilo Campos, CPF nº 333.826. CREA nº 254.212/D. Denominação do emprego público: Engenheiro Civil, designado fiscal, conforme determina o art. 67 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio vincula-se à integralidade do protocolo de intenções que deu origem ao CONSÓRCIO, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
- 12.1.1. Lei 8666/93, especialmente o art. 55 e ss. E art. 77 e ss.;
- 12.1.2. Lei nº 4320/64;
- 12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05;
- 12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes, Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges.

Dera carificar as accinatoras vá ao este hitrosilvadas portalidas serioras estas valos de la tenta de la carificación de la car

Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Brollo



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleia Geral.
- 14.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.
- 14.3. Integram o presente contrato os seguintes anexos:
- a) Anexo I, contendo o plano operativo;
- b) Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de apuração/cálculo;
- c) Anexo III, contendo cronograma de desembolso;

Ponte Nova, 07 de julho de 2022.

CONTRATANTE

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal

CONTRATADO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz **Diretor Técnico – CIMVALPI**

Luiz Henrique da Silva Borges

Gestor de Contrato – MUNICÍPIO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz Gestor de Contrato – CIMVALPI

Matheus Barbosa Broilo Campos Fiscal de Contrato – MUNICÍPIO Wadson Ribeiro Corcini
Fiscal de Contrato – CIMVALPI

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guirrlaraes, Wagner Mol Guirrlaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luíz Henrique da Silva Borges.

Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br.443 e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.

assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo

Este documento foi



ANEXO I - PLANO OPERATIVO

O MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os precedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse pelo Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 29.411,20 (vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte centavos), conforme informado no quadro do anexo III

O planejamento dos recursos necessários para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes, Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.



ANEXO II - VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS E METODOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO



	Serviço: PAVIMENTAÇÃO ASF	ALTIC	CA	Município. PONTE NOVA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	BDI	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	INC	FONTE/CODIG	
6	EQUIPAMENTOS		103.57				R\$ 1.010,39			
11.15	LOCACAG VEICILO POPULAR MOTOR 1.0 C/ARE SECURIO REM COMBUSTIVEL	měs	0,12	R\$ 1/3%,97	1,2695	R\$ 2.458.98	FG 418,03	0,15	SUBSCAP SUBSCRIPTION OF	
1.16	ETANOL	enni	103,20	RS 4.52	1,2695	R\$ 5.74	R\$ 592,37	0.08	SUBJECAP JUL/202 (45 02 02	
SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, CONTROLE DE QUALIDADE DAS OBRAS E PLANEJAMENTO FUTURO			200.15				RB 26,504,4			
201	CONSILITORIA PARA OBRAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS		78				Rs 5 640.42			
2.01.01	ENGENHEIRG CONSULTOR ESPECIAL	ħ	9.00	R\$ 145,19	1,2695	RS 184,32	P\$ 1.658,68	0,14	SUDECAP .IUI/202155.11.01	
2.01.02	ENGENHEIRO COORDENADOR	h	18,00	R\$ 120.34	1,2695	RS 152,77	R3 2.749,86	0,24	SUDECAP JUL/202156.11 03	
12,91,04	AUXILIAR DE ENGENHARIA PARA OBRAS	n	36,00	R\$ 19,32	1,2695	R\$ 24,53	RS 883,08	0,06	SUDECAP JUL/202161_22.01	
12.01.17	LABORATORISTA SENIOR	ħ.	5,00	R\$ 25,68	1,2605	R\$ 32,60	R\$ 163,00	0,03	SUDECAP JRR/202157.32.01	
12.01.18	AUXILIAR DE LABORATORIO	ħ	10,00	R\$ 14,62	1,2695	RS 18.56	RS 185,60	0,04	SUDECAP JULY202167 32 03	
201	INVESTIGAÇÕES GEÓTECHICAS	50,16	ST. HE	A MAN MANAGEMENT OF THE PARTY O						
2.04.01	SONDAGEM A PERCUSSÃO DE 2 1/2 (SPT)	DNDAGEM A PERCUSSAO DE 2 1/2 (SPT) 41,15 RS 1				R\$ 10.571,83				
2,04,01,01	MOBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO SONDAGEM PERCUSSÃO 2 1/2	un	9,15	R\$ 711,75	1,2695	R\$ 903,57	RS 8.267,57	0,01	SUDECAP JUU202165.01.01	
2 04 01 02		m	30,00	RS 59,38	1,2695	R\$ 67,77	R\$ 2,030,10	0,05	SUDECAP JUL/202165 01 02	
2.04.01.03	DESMONTAGEM, TRANSPORTE E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS POR FURO	un	2,00	R\$ 106,76	1,2695	R\$ 135,53	R\$ 271,06	0,01	SUDECAP JUL/202165.01.03	
2.04.05	RETIRADA DE AMOSTRA INDEFORMADA	CHA.	9	(4)	DES MI		R\$ 4,066,11		Maria Maria	
2 04 05 01	EM BLOCOS DE 30x30x30 CM	un	9,00	R\$ 355,88	1,2695	R\$ 451,79	R\$ 4.066,11	0,04	SUDECAP JUL/202165.06.01	
2.00	ENSAIOS DE SOLO E AGREGADO	肠瘤	72	建設 提供		interest	R3 6.226,11			
2.06.01	ENSAIOS DE SOLOS		72				R\$ 6,226,11		RANGE SA	
2.06.01.01	TEOR DE UMIDADE NATURAL	un	9.00	RS 36,69	1,2695	R\$ 33,88	R\$ 304,92	0,00	SUDECAP JUL/202167.01.01	
2.06.01.03		un	9.00	R\$ 82,19	1,2695	R\$ 78.95	R\$ 710,55	0,01	SUDECAP JUL/202167 01:03	
2 06:01.05	GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO E SEDIMENTAÇÃO	un	9,00	R\$ 106,76	1,2695	R\$ 135,53	R\$ 1,219,77	0.01	SUDECAP JUUZ92167.01.05	
2.06.01.06	LIMITE DE LIQUIDEZ	un	9,00	&,62 2R	1,2695	R\$ 67,77	R\$ 609,93	0.01	SUDECAP JUU202167.01.06	
2.06.01,07	LIMITE DE PLASTICIDADE	un	9,00	R\$ 53,38	1,2695	R\$ 67,77	R\$ 609,93	0,01	SUDECAP JUL/202167 01:07	
2 96 0 1 08	LIMITE DE CONTRAÇÃO	un	9,00	RS 57,74	1,2695	RS 73,30	R\$ 659,70	9,01	SUDECAP JUL/202167,01.08	
2.06.01,09	COMPACTAÇÃO PROCTOR NORMAL	un	9,00	R\$ 28,03	1,2695	R\$ 99,06	R\$ 891.54	0,01	SUDECAP JUL/202167.01.09	
2,06.01.14	ENSAIO DE CBR OU ISC COM 6 CORPOS DE PROVA	un	9,00	R\$ 106,76	1_2695	RS 135,53	R\$ 1,219,77	0,01	SUDECAP JUU/202167,01,14	
9	SERVICOS TÉCNICOS	Name of	0.1			HANDAR .	R\$ 1.896.34			
4.01	TOPOURABA		0.1		2 50	3 3 3 3	PR\$ 1,896,34		THE PROPERTY.	
4.01.01	EQUIPE DE TOPOGRAFIA PROJETO	mês	0,10	RS 14,997,71	1,2695	R\$ 13,969,42	R\$ 1.895,34	0,53	9UDECAP JUL/202143.01-01	
2000000		CISCO I	25/125/20		CHURC	Total	\$29.411.20	SHOW	AND DESCRIPTION OF THE PERSON	

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes, Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.



ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os pagamentos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data do pagamento	Valor do pagamento
15/07/2022	R\$ 29.411,20
TOTAL	R\$ 29.411,20

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente Cronograma de Desembolso tem vigência da data da assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 07 de julho de 2022.

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guirnaraes, Wagner Mol Guirnaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges.

Para verificar as assinaturas vá ao site

https://www.portaldees:ipakkes-nana, ਸਾਵੇਖੋਡੇ, ቀለ፱ቨሬያ-8 ଦର୍ଗୋଡ-35,555-1633 ቅርብሮ የአንቼታለል – (31) 3881-3211 CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: <u>cimvalpi@cimvalpi@cimvalpi.mg.dov.br</u> – Site: <u>www.cimvalpi.mg.gov.br</u> 10

Página 10 de 10

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

RESERVA DE DOTAÇÃO No - 00095

para atender a Lei 8.666/93 e suas alterações, reserva nesta data a importância

O responsável p/ exec. orçament. do(a) PONTE NOVA,

abaixo discriminada. Data: 14/07/2022 Ficha: 89 Orcamento de: 2022 Tipo de Licitação: Dispensa Art. 24 Licitação No: _____ - EXECUTIVO MUNICIPAL Órgão: 02 Unidade 02.02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SubUnidade..... 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG - Administracao Função: 04 Sub-Função 122 - Administracao Geral ssif. Orçamentária ..: 0070.2445 - GESTAO DO CIMVALPI Elemento da Despesa: 4.4.71.70.00 - Rateio pela Particip. Consórcio Público Fonte de Recursos: 1.00.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos Pela presente fica reservada a importância de R\$ ********29.411,20 Vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte centavos.******************* Hist.: contrato de rateio 188/2022 cimvalpi Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado: Data: 14/07/2022 Contador(a): _ LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO CONTADOR CRC-MG68.992/0



PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ORDEM DE PAGAMENTO Nº

3.622-1

DESPESA EXTRA-ORCAMENTARIA Exercício de: 2022 Data: 12/08/2022 Ficha: 000870 Classif. Extra-Orcament.: 1.1.3.04.00.00 - DEVEDORES DIVERSOS Ficha: 000870 - TRANSFERENCIA CIMVALPI Unidade: 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG Fonte de Recurso: 2.00.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos Fica o Servico de Finanças autorizado a pagar a importância de R\$ ********29.411,20 ,Vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte ao Credor abaixo mencionado. Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE Número: 79609 CEP:35.430-186 Bairro: Progresso Endereço.: RUA Jaime Pereira Est...: MG Cidade ...: Ponte Nova CGC...: 19.738.706/0001.83 Insc. Est: Banco ...: 104 Agência ..: 146-5 Conta ..: 628-2 Hist.: CONTRATO 188/2022 PARA REPASSE REF.CONTRATACAO PELO CIMVALPI DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERV.DE TAPA BURACOS, PAV. ASFALTICA, DRENAGEM, BLOQUETES E SERV.COMPLEMENTATRES NAS VIAS E OU ESTRADAS DO MUNICIPIO CONF.TERMO ANEXO VALOR DA ORDEM DE PAGAMENTO: *******29.411,20 VALOR LÍQUIDO *******29.411,20 Contador (a) / Contabilista: LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO MG68.992/0 Pague-se PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA / 12 de /aggst/on de 2022. Ordenador da Despesa: FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE .472.786-I T Recebi (emos) do (a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PUNTE NOVA, a importância de R\$ *********29.411,20 ,Vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte referente a Ordem de Pagamento acima mencionada, da qual é dada plena quitação.

//				-						
Data	Ide	ntidade/CP	F/CGC	Assi	natura	do	Credor	ou	seu	Procurador
BANCO:	819	CONTA:	2405	7-8	CHE	QUE	: :			
Data: 170	17,27	Tesoure	iro:							

Usuário: luciana

CONTRATO DE RATEIO

N°. 188/2022

Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo

PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Guimarães, CPF nº 715.603.006-04, denominado simplesmente MUNICÍPIO.

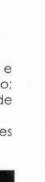
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, Silvério Joaquim Aparecido da Luz no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Sr. Prefeito Municipal de VISCONDE DO RIO BRANCO, Luiz Fábio Antonucci Filho, CPF nº .593.236 denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas a seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍPIO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:
 - a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto intertravados, drenagens, contenções, servicos especializados para controle das serviços obras complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI.
- 1.1.1 A metodologia da gestão e da estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do contrato do CONSÓRCIO.
- Observado o objeto descrito nesta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variáveis de manutenção das atividades e dos obietivos do CONSÓRCIO.
- 1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os

Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Mol Guimaraes, por Wagner doc



subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações e serviços descritos do Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos ao CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.
- 2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, será efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.
- 2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexo II, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e aprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

- 3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para o exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 29.411,20 (vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.
- 3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais cominações previstas neste instrumento e na leaislação regente.
- 3.3. Nos termos do art. 1°, inciso III c/c o art. 2° da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irreajustável, ressalvada a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.

3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte - IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

- 4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre a data de assinatura do contrato até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.
- 4.2. O prazo de execução das ações e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de contratação a ser realizado pelo CONSÓRCIO.
- 4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 4.1.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizados pelo CIMVALPI, correrão à conta da seguinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

04.122.0070.2445 - 3.3.71.70.00 - Fonte 2.00.00

- 5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 avos, desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectiva lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.
- 5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO não cumprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias para adequar a execução orçamentária e

assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Brollo

Este documento foi

por Matheus Barbosa Broilo



financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação financeira estabelecida no orçamento do CONSÓRCIO e nos contratos de rateio celebrados com os Municípios Consorciados.

- Eventual saldo dos recursos financeiros do exercício anterior ou do 5.5. exercício a que se refere este contrato de rateio que tenham sido transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO será objeto de repactuação (execução no próprio exercício) ou reprogramação (execução no exercício seguinte) e deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8° da Lei Complementar nº 101/2000.
- 5.5.1. Os recursos recebidos mediante contrato de rateio, quando utilizados em exercícios sequintes, deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
- A devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.
- Nos termos do art. 15 do Decreto nº 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.
- Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

- O CONSÓRCIO obriga-se a:
- 6.1.1. Realizar a execução das despesas orcamentárias mediante utilização dos recursos financeiros transferidos, em estrita observância ao objeto e finalidades descritas na cláusula primeira e no plano operativo constante do Anexo II deste contrato e em conformidade com as normas de direito financeiro e de contabilidade pública, vigentes e expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas
- 6.1.2. Realizar a fiscalização da execução indireta dos serviços prestados por terceiros credenciados e/ou conveniados e/ou contratados;
- 6.1.3. Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;
- 6.1.4. Publicar o extrato deste contrato de rateio;
- 6.1.5. Cumprir o disposto no §4º do art. 8º da Lei 11.107/2005, mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.
- 6.1.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores;

documento foi

Este documen Campos, Wad Para verificar

por Matheus Barbosa



- 6.1.7. Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas no item 6.1.5, até quinze dias após o encerramento do período de referência, devendo, o detalhamento referente à execução da despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, sub função e fonte/destinação de recursos.
- 6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:
- a) o orçamento do CONSÓRCIO;
- b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
- c) as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
- d) o Relatório de Gestão Fiscal
- e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária:
- 6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:
- 7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;
- 7.1.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;
- 7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;
- 7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;
- 7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES E RESCISÃO

- 8.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no §5° do art. 8° da Lei 11.107/2005.
- 8.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

Este doci

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio vincula-se à integralidade do protocolo de intenções que deu origem ao CONSÓRCIO, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
- 12.1.1. Lei 8666/93, especialmente o art. 55 e ss. E art. 77 e ss.;
- 12.1.2. Lei nº 4320/64;
- 12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05;
- 12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes, Wagner Mol Gulmaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. pos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges.

a verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.

Barbosa Broilo

Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus

6



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleia Geral.
- 14.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.
- 14.3. Integram o presente contrato os seguintes anexos:
- Anexo I, contendo o plano operativo; a)
- Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de 6) apuração/cálculo;
- Anexo III, contendo cronograma de desembolso;

Ponte Nova, 07 de julho de 2022.

CO	NTRAT	ANTI	E
			-

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal

CONTRATADO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz Diretor Técnico - CIMVALPI

Luiz Henrique da Silva Borges Gestor de Contrato - MUNICÍPIO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz Gestor de Contrato - CIMVALPI

Matheus Barbosa Broilo Campos Fiscal de Contrato - MUNICÍPIO

Wadson Ribeiro Corcini Fiscal de Contrato – CIMVALPI

//www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544 por Wagner Mol Guimaraes, Wagner Mol Guinenrique da Silva Borges. documento foi assinado digitalmente

Barbosa Broilo

Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus

naraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz.





ANEXO I - PLANO OPERATIVO

O MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os procedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse pelo Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 29.411,20 (vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte centavos), conforme informado no quadro do anexo III.

O planejamento dos recursos necessários para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.



ANEXO II - VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS E METODOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO



The Court of	Serviço: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA					Municipio: PONTE NOVA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	BDI	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	INC	FONTE/CÓDIG		
1000	EQUIPAMENTOS		103.37	图	No.		R\$ 1.010,39				
1.15	LOCACAO VERCULO POPULAR MOTOR 10 OVAR E- SECURO SEM COMBUSTIVEL	politica	6.17	R\$ 1.936,97	1,3695	735 2,458,99	FQ 418,00	0.15	SUDEDAP AALZO214E,D1 UT		
1.16	ETAROL	thro	10320	R\$ 4.52	1,2695	PS 5.74	R\$ 592,37	0.68	300ECAP JUL202145.02.02		
	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, CONTROLE DE QUALUDADE DAS OBRAS E PLANEJAMENTO FUTURO		200.15				R\$ 26,504.47				
201	CONSINTORIA PARA GENAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS		78				P\$5,640,42				
20101	ENGENHEIRO CONSULTOR ESPECIAL	ħ	9,00	RS 146,19	1,2695	R\$ 184,32	R\$ 1.658,88	0,14	SUDECAP JUL/202156.11.01		
2.01.02	ENGENHEIRO GOORDENADOR	h	18,00	RS 120,34	1,2695	R\$ 152,77	R\$ 2.749,86	0.24	SUDECAP JUL/202156 11 03		
2.01.04	AUXILIAR DE ENGENHARIA PARA CERAS	ħ	36,00	RS 13,32	1,2695	RS 24,53	R\$ 883,08	0,06	SUDECAP JUL/202161,22.01		
2.01.17	LABORATORISTA SEMOR	ħ	5,00	RS 25,68	1,2695	R\$ 32.60	PS 163,00	0,03	SUDECAP JUL/202157 32 01.		
2.01,18	ALIXILIAR DE LABORATORIO	ħ,	10,00	R\$ 14,62	1,2695	R\$ 16.56	R\$ 185.60	0,04	SUDECAP JUL/202167.32 03		
2.04	INVESTIGAÇÕES GEUTÉ CINCAS		50.15		1000		R\$ 14 637,9				
2.04.01	SONDAGEM A PERCUSSÃO D= 2 1/2 (SPT)		41.15				R\$ 10.571,83				
2,64,01.01	MOBELIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO SONDAGEM PERCUSSÃO 2 12	un	9,16	RS 711,75	1,2695	RS 903,57	R\$ 8.267,67	0,01	SUDECAP JUJ/202165.01.01		
2 04 01 02	PERFURAÇÃO SONDAGEM PERCUSSÃO 2 1/2	m	30,00	R\$ 55.38	1,2695	RS 67,77	R\$ 2 033,10	0,06	SUDECAP JUL/202165 01 02		
2.04,01,03	DESMONTAGEM, TRANSPORTE E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS POR FURO	un	2,00	R\$ 106,76	1,2695	R\$ 135,53	R\$ 271,06	0,01	SUDECAP JUL/202165.01.03		
2 04 05	RETIRADA DE AMOSTRA INDEFORMADA		9	医 样囊腺	S		R\$ 4.065,11		a disease a		
2.04.05.01	EM 8LOCOS DE 30x30x30 CM	un	9,00	R\$ 355,68	1,2695	R\$ 451,79	R\$ 4.066,11	0,04	SUDECAP JUL/202165.08.01		
2 06	ENSAICS DE SOLO E AGREGADO		72	570000000		建筑路径围	Pa 9 226,11	DEED!	PARISE S		
2.06.01	ENSAIOS DE SOLOS		72		100 m	Control of	R\$ 6.226.11				
2 05 01 01	TEOR DE UMIDADE NATURAL	un	9,00	RS 75,69	1,2695	R\$ 33,88	R\$ 304,92	0,00	SUDECAP JUL/202167.01.01		
2.06.01.03	PESO ESPECÍFICO DOS GRAOS	un.	9.00	RS 62,19	1,2695	R\$ 78,95	R\$ 710,55	0,01	SUDECAP JUL/202167.01.03		
2.06.01.05	GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO E SEDIMENTAÇÃO	un	9,00	R\$ 106,76	1.2695	R\$ 135,53	R\$ 1,219,77	0.01	SUDECAP JUUZ02167.01.05		
2.05.01.06	LIMITE DE LIQUIDEZ	un	9,00	RS 53,38	1,2695	R\$ 67,77	R\$ 609,93	0,01	SUDECAP JUL/202167.01.06		
2.96.01,07	LIMITE DE PLASTICIDADE	un	9,00	R\$ 53,38	1,2695	RS 57,77	R\$ 609,93	0,01	SUDECAP JULI202167 01 07		
2.06.01.0B	LIMITE DE CONTRACAO	uh	9,00	R\$ 57,74	1,2695	R\$ 73,30	R\$ 659,70	0,01	SUDECAP JUL/202167.01.06		
2.06.01.09	COMPACTAÇÃO PROCTOR NORMAL	un	9,00	R\$ 78,03	1.2695	R\$ 99,06	R\$ 891.54	0,01	SUDECAP JUL/202167 01 09		
2,06.01.14	ENSAIO DE CBR OU ISC COM 6 CORPOS DE PROVA	un	9,00	R\$ 106,76	1,2695	RS 135,53	R\$ 1.219,77	0,01	SUDECAP JUL/202157.01.14		
	SERVICOS TÉCNICOS		0.1	66		AND DESCRIPTION OF	R\$ 1,896,34				
1.01	TOPOGRAFIA		0.1			490	R\$ 1.898,34		Washington and		
1.01.01	EQUIPE DE TOPOGRAFIA - PROJETO	mês	0,10	RS 14.997,71	1,2695	R\$ 18.969,42	R\$ 1,896,34	0,53	SUDECAP JUL/202143-01-01		
STREET, STREET	THE EXPLICATION OF STREET	GE S	ON DESCRIPTION	- STARTER	91-40	Total: F	\$29.411.20				

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes, Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broito Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges.

Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.



ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os pagamentos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data do pagamento	Valor do pagamento
15/07/2022	R\$ 29.411,20
TOTAL	R\$ 29.411,20

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente Cronograma de Desembolso tem vigência da data da assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 07 de julho de 2022.

Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes, Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento fui assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo Campos. Wadson Ribe o Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges.

Para verificar as assinaturas vá ao site

 10

Página 10 de 10





Banco Itaú - Comprovante de Pagamento TED C – outra titularidade

Identificação no extrato: SISPAG FORNECEDORES

Dados da conta debitada:

Nome: PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS

Agência: 1481

Conta corrente: 24057 - 8

Dados da TED:

Nome do favorecido: CIMVALPI CONSORCIO INTERMUNIC

CPF/CNPJ: 19738706000183

Número do banco, nome e ISPB: 104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ISPB 00360305

Agência: 0146PONTE NOVA

Conta corrente: 00000005898

Valor da TED: R\$ 29.411,20

Finalidade: CREDITO EM CONTA

Informações fornecidas pelo pagador:

Controle: 984303480000148

TED solicitada em 17/08/2022 às 16:28:22 via Sispag.

Autenticação:

13CAECBC2CF3C2BE44E6C2B857369AEA2B4DED39



UF: MINAS GERAIS MUNICÍPIO: PONTE NOVA

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

RAZÃO DE EMPENHO

18 nov 2022 15:21

FOLHA:

FICHA.: 00089

CREDOR: 79609 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

DATA	CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR
12/08/2022	006301	Empenho orçamentário	29.411,20

RESIMO

Empenhado:	29.411,20
Complementado:	0,00
Anulado:	0,00
Liquidado:	0,00
Descontos:	0,00
Anulação de Liquidação:	0,00
A Liquidar:	29.411,20
Cancelamentos:	0,00
Restabelecimento.:	0,00
Liquidado a Pagar:	0,00
Pagamentos:	0,00
Anulação de Pagamento:	0,00
Empenhado a Pagar:	29.411,20